

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Eduarda Magalhães Meireles Camargo Valente

Os conflitos na era moderna:

Impacto da mídia no genocídio de Ruanda

Orientadora: Paula Drumond

Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Rio de Janeiro

2020.1



Maria Eduarda Magalhães Meireles Camargo Valente

Os conflitos na era moderna:

Impacto da mídia no genocídio de Ruanda

Orientadora: Paula Drumond

Artigo Científico apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2020.1

Agradecimentos

A minha história na PUC-Rio começou há quatro anos e meio e eu não poderia ser mais grata a tudo que a vinda de Valença para o Rio de Janeiro me proporcionou. Esses anos foram os melhores e tenho certeza que daqui para frente todos os caminhos serão reflexos dessa história. É um grande desafio lembrar essa jornada, principalmente por estar me formando como internacionalista no meio de uma histórica pandemia mundial. Há quatro meses a vida está diferente, eu não tive o último semestre na faculdade e o convívio com muitas pessoas importantes, mas ainda assim, esse ciclo termina e espero refletir aqui o quanto significou.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e às abençoadas pessoas que me auxiliaram na oportunidade de conseguir uma bolsa de estudos em uma das melhores universidades do mundo. Agradeço ao Instituto de Relações Internacionais pelo imenso aprendizado, que com certeza me tornou mais humana e abriu o meu olhar para o mundo. À minha orientadora Paula Drumond, por me despertar para o tema ainda no quinto período e pelos riquíssimos comentários; e à minha co-orientadora Renata Summa, obrigada por terem desenvolvido este projeto comigo. Orgulha-me terminar a faculdade sendo avaliada por duas mulheres acadêmicas a quem muito admiro. À minha coordenadora Manu Trindade, aos meus professores Scalécio, Paula Sandrin, Cafred, Kai, Carol Salgado, Sérgio, Miguel e tantos outros que me marcaram nesses anos de PUC, obrigada por me ensinarem tanto.

À minha mãe, Anna, obrigada por nunca medir esforços para me ajudar a conquistar os meus objetivos, por sempre me incentivar, por ser a minha melhor amiga, principalmente nesses anos à distância, você é tudo pra mim. Dedico essa conquista ao meu irmão, Lipe, você é o meu orgulho e eu espero ser o seu. Dedico à minha querida vó Lourdinha, meu vô Cristiano, às minhas três amadas tias Gigi, Guta e Juliêta, aos meus dindos Cadi e Dudu, ao tio Márcio, tia Zezé e às minhas primas que me são exemplo e a quem espero ser exemplo. Obrigada por todo o suporte, esforço, apoio e carinho família, isso não teria sido possível sem vocês.

Ao meu pai, Fabiano, agradeço por sempre me proporcionar o melhor e por ser meu incentivo, apoio e exemplo de dedicação, eu te admiro muito. A você e Tathi, obrigada por me darem de presente os meus irmãos, Maria e João, eu amo o

carinho que temos e espero que isso seja pra sempre. Dedico essa conquista à minha vó Joselita, que incessantemente vibrava por mim e é minha eterna saudade, tenho certeza que ela está realizada. À tia Maria Emília e tio Aldo por terem sido essenciais na minha vida, à Mirian, tio Rodrigo, tio Thiago e Vivi, que nunca deixaram de torcer por mim, mesmo longe. Ao Zé, Rapha e Filipe, por serem meus irmãos mais velhos do coração, aos meus primos, primas e toda família, obrigada.

Esses anos foram ainda mais importantes pelos amigos que conheci. Mãe, nossa amizade é linda e tenho certeza que estaremos sempre juntas, em qualquer lugar do mundo, obrigada pelo amor, incentivo, por ser minha família e meu espaço de conforto aqui. À Marina, meu presente do primeiro dia, estivemos juntas em tantos momentos, quero você sempre por perto. À Irene, que está ao meu lado para tudo, obrigada por trazer tanta sensibilidade e carinho para a minha vida. Às minhas amigas: Marcella Torres, Milena Coelho, Bia Fumagalli, Carol Sarmiento, Matilda, Maria Olival, Maria Clara Rolim, vocês são incríveis. Agradeço aos meus amigos da vida que sempre estiveram comigo nesses anos, mesmo distantes: minha melhor amiga Layla, por ficar tão feliz com as minhas conquistas, Duda, Thayana, Célio, Weyder, Thamise, Isa Tavares, Laura, Nath, Maria, Isa Oliveira, Bela Fernandez, João Pedro, e claro, Lucas Lomar, por ter sido o meu melhor amigo aqui no Rio.

A minha experiência nesses quatro anos e meio definitivamente não teria sido completa sem a Atlética de Relações Internacionais. Em primeiro, obrigada Gabi Rosa e Mateus Tabach, por ficarmos tão próximos na nossa gestão e por termos amadurecido juntos, tenho um carinho imenso pela gente e pelo o que construímos. Sou grata aos meus times, treinadores e principalmente à família Lhama, por todos que estiveram comigo nos meus sete jogos, nas diversas comemorações e treinos. Em especial às minhas amigas: Fê Gelard, Vit, Lin, Ju Nadalutti, Marcela, Alix, Celiny, Nath, Ju Luz, Vic e Gabi, já sinto saudade de estarmos juntas.

Por fim, não poderia deixar de citar quem possibilitou o meu crescimento profissional nesses anos, sou grata ao Núcleo de Pesquisa e Publicações do IRI, à Claudia Darze pela oportunidade, à Julia Nogueira, minha dupla e agora minha amiga para a vida, à Fran, Vini, Clara, Steph, Gabriel, Thaís e Lauticia. Agradeço também à Subsea 7, empresa que me fez amadurecer tanto, e em especial à minha

inspiração inovadora e exemplo Pati Grabowsky, aos amigos que fiz e todos que conheci, muito obrigada.

Resumo

O presente artigo busca analisar a relação entre o genocídio e a modernidade no século XX, principalmente em relação à introdução de aparatos tecnológicos em conflitos. Esse período foi marcado por reestruturações de Estados, por disputas territoriais e questões étnicas, ao mesmo tempo em que ocorria o desenvolvimento de tecnologias, entre elas, a ascensão dos meios de comunicação. A proposta é refletir sobre como a modernidade impactou nas dinâmicas genocidas, em especial buscando compreender a influência da mídia como catalisadora do conflito de Ruanda. Embora esse genocídio não seja visto na literatura por lentes da modernidade, devido ao artefato utilizado para o extermínio, este trabalho irá demonstrar como inovações foram desenvolvidas por meios indiretos para a perpetração da violência. Desse modo, o trabalho será fundamentado primeiro em uma análise mais abrangente trazendo a relação entre genocídio e modernidade por meio de um Estado burocrático e moderno, com os exemplos do Holocausto e Bósnia-Herzegovina; segundo, nas motivações, antecedentes, causas e elementos mobilizadores pelos discursos de ódio vinculados na mídia ruandesa; e em terceiro, no estudo de caso de Ruanda, demonstrando como o uso de jornais e rádios puderem influenciar e catalisar práticas de genocídio. Por fim, em contraponto a todas as formas negativas de utilização demonstrada nos genocídios citados, na conclusão serão apresentados os meios de utilizações midiáticas nos conflitos contemporâneos como formas de prevenção e mitigação de conflitos.

Palavras-chaves: Genocídio; Ruanda; Modernidade; Mídia; Conflito

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Genocídio e Modernidade.....	9
3. Histórico de Ruanda.....	21
4. Estudo de caso de Ruanda: o impacto da mídia nos genocídios	25
a) O jornal ruandês <i>Kangura</i>	27
b) A Radio RTLM – <i>La Radio Television Libre des Mille Colliens</i>	32
5. Conclusão	43
Referências	46

1. Introdução

O século XX foi marcado pelo impacto social e político de duas grandes guerras que aconteceram no espaço europeu, que por estarem vinculadas a processos colonizadores refletiram na estruturação e divisão dos países, gerando, posteriormente, inúmeros conflitos por disputas territoriais e questões étnicas (Mamdani, 2001). Esses enfrentamentos foram apoiados por avanços tecnológicos desenvolvidos e utilizados como mecanismos de defesa e segurança dos Estados. A ascensão dos meios de comunicação em massa representa um desses avanços, no qual, por meio das mídias, como jornais e rádios, tornou-se possível influenciar o acirramento dos conflitos e as diferenças étnicas pela divulgação de discursos dominantes.

As evoluções da tecnologia na história têm impacto fundamental nas relações sociais e, por isto, nas reconfigurações dos espaços sociais (Friedman, 2005). Tais evoluções contribuíram tanto para a prevenção como para o acirramento de relações de conflito e violência, em sua forma direta ou indireta. A modernidade, entendida, portanto, como oposto do “tradicional” (Balorda, 2013, p.4) modificou as formas sociais de conduzir conflitos, dando possibilidade para a substituição de ferramentas usuais por novas alternativas subsidiadas pelos avanços tecnológicos.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo analisar a relação entre o genocídio e a modernidade, com ênfase no impacto da mídia nos genocídios, tendo como foco o estudo do caso de Ruanda. Apesar da literatura sobre a temática ter como foco central o caso do Holocausto, que se destacou pela mobilização da tecnologia a favor da morte por meio de instrumentos como as câmaras de gás, as máquinas *Hollerith*¹, o desenvolvimento das experiências científicas, entre outros, optou-se pelo caso de Ruanda justamente por não ser esse um genocídio normalmente pensado pelas lentes da modernidade e da tecnologia. As narrativas sobre o conflito de Ruanda costumam focar no uso de violência direta e brutal, face-a-face, em função da utilização de machetes como a ferramenta central para o extermínio dos Tutsis, em 1994. Contudo, o caso de

¹Sistema de tabulação e controle populacional desenvolvido e customizado pela subsidiária alemã da IBM no período do Holocausto.

Ruanda se destaca como um genocídio no qual a tecnologia fora utilizada por meio das mídias na divulgação de informações e discursos dominantes, um assunto que é pouco debatido na literatura e que será o foco de análise deste trabalho.

Considerando as mídias como parte do aparato tecnológico que pode influenciar nos processos de violência, o artigo busca responder a seguinte pergunta: como o uso das mídias pode influenciar e catalisar práticas de genocídio e extermínio? A proposta é refletir sobre como a modernidade impacta nas dinâmicas e processos de genocídio, buscando compreender a relação entre modernidade e violência no caso do genocídio de Ruanda. Tal reflexão baseia-se no trabalho de Zygmunt Bauman (1998) sobre a relação entre modernidade e processos de genocídio. Segundo o autor, “a civilização moderna não foi a condição suficiente do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição necessária. Sem ela, o Holocausto seria impensável” (Bauman, 1998, p. 32). Nesse sentido, o trabalho estende as reflexões de Bauman para o caso de Ruanda, argumenta que este genocídio foi influenciado de forma fundamental por tecnologias de mídias, que foram amplamente utilizadas nesse contexto para disseminar informações, discursos e mensagens de ódio, auxiliando o aparato estatal na organização das dinâmicas de morte e violência.

Com isso em mente, a primeira seção busca discutir a relação entre genocídio e modernidade, como essa associação é facilitada por meio de um Estado burocrático, organizado, moderno e genocida. Como exemplos, serão trazidos exemplos do Holocausto e da Bósnia-Herzegovina, conflitos que tiveram a introdução de avanços tecnológicos, intensificando e facilitando as políticas de extermínio que marcaram esses conflitos.

A seção seguinte apresenta o histórico do genocídio de Ruanda e seus principais antecedentes históricos. Com traços deixados pelas guerras mundiais e pelo poder do colonialismo, serão demonstrados quais foram os antecedentes, as motivações e causas do genocídio, e, por fim, como tudo isso se relaciona com a disputa territorial e a questão étnica nessa localidade. A partir daí, será possível identificar os elementos mobilizados pelos discursos de ódio veiculados pela mídia ruandesa, que exerceu papel fundamental nesse processo.

Na terceira e última seção, apresento o estudo de caso de Ruanda. Em contraste ao caso do Holocausto, que foi marcado por um Estado burocrático que

utilizou meios tecnológicos para a violência, o genocídio de Ruanda é narrado pela literatura como um processo de extermínio direto, porém “rudimentar”, em que indivíduos utilizavam machetes, sem maiores incrementos tecnológicos que os auxiliassem na perpetração da violência. Exatamente por não pensarmos por uma lente de modernidade, o estudo de caso de Ruanda mostrará como a tecnologia, leia-se os meios de comunicação como jornais e rádios, atuou como condição necessária, ainda que não suficiente, também para esse genocídio (Bauman, 1998).

Por fim, na conclusão, ampliam-se as reflexões levantadas pelas seções anteriores, apresentando as formas de utilização das mídias nos conflitos contemporâneos, com o objetivo de divulgar discursos contrários ao ódio. Em contraponto a toda a forma negativa de utilização demonstrada nos genocídios mencionados acima, que propagaram discursos de ódio no século XX, também destacar-se-á ações midiáticas para prevenção de conflitos.

2. Genocídio e Modernidade

A modernidade é definida como um período consequência da revolução industrial e dos processos de Estados-nação, principalmente na Europa; em termos de ideologia e visão de mundo, ideias modernas puderam ser importadas, não necessariamente produzidas em qualquer lugar do globo, e as rotas pós coloniais funcionaram como importantes distribuidores da modernidade através do mundo (Balorda, 2013, p.4). O termo também é comumente mobilizado para sustentar a suposição de que algumas culturas são mais desenvolvidas do que as outras, avançando uma ideia de superioridade que foi construída e reproduzida socialmente por meio de formas de opressão com características coloniais e capitalistas. Essa pressuposição sustentou a produção de práticas racistas e dicotômicas entre povos colonizados e colonizadores, originários de espaços desenvolvidos do ocidente. Tais dicotomias influenciaram a construção das identidades desses locais, bem como a construção de conhecimentos e ciências da “raça” que sustentaram o processo de colonização (Balorda, 2013, p. 256).

A modernidade constitui-se, portanto, como uma construção social, assim como categorias como raça e gênero, que foram introduzidas nos Estados de forma violenta e opressora, como aponta a autora Balorda (2013, p. 258):

in genocidal contexts, it was introduced through violence and presented as the weapon of the occupier, making it both desirable as a status symbol, identity mechanism and access to power but also hated as a weapon of the oppressor.

Por isso, a estruturação dos países no século XX foram acompanhadas e perpetradas por processos de violência e dominação atrelados às “características definidoras da modernidade, com a força combinada de novas tecnologias de guerra, novas técnicas administrativas que aprimoravam os poderes (...) do Estado” (Gellately & Kiernan, 2003, p. 54 – tradução livre²). Ou seja, avanços ao redor do mundo marcaram esse período, sejam eles por meio das tecnologias desenvolvidas para os conflitos ou por mecanismos de comunicação com uso político interligando diferentes regiões do mundo.

A partir do século XX, nota-se a introdução de novas ferramentas e inovações tecnológicas nos conflitos armados, de forma geral, e nos processos de extermínio em massa, em particular. Os estudos do genocídio se fortaleceram nessa época pelas reações às atrocidades cometidas pelos nazistas na Alemanha, com a perseguição e extermínio em massa dos judeus, o que originou o conceito³ nesse período. Com isso em mente, esta seção irá abarcar de maneira geral a relação entre a modernidade e burocracia em Estados genocidas, citando os casos do Holocausto e Bósnia-Herzegovina, com elementos que permitam que sejam visualizadas a influência e a relação desses dois pontos, tendo enfoque nas ferramentas e mecanismos tecnológicos que foram inseridos nesses conflitos. É esperado que essa análise possa contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas que permitiram que os genocídios acontecessem nessa escala massificada.

² “[B]y modernity’s defining features, the combined force of new technologies of warfare, new administrative techniques that enhanced state powers of surveillance”.

³ O conceito de genocídio surgiu em 1944, classificado como um massacre de um grande número de pessoas por uma motivação identitária e política, sendo essas vítimas minorias naquela sociedade com menos poder e mais vulnerabilidade. É um crime diferente de outros por possuir aspectos jurídicos que o ampara e pela intolerância existente com essas vítimas por ser quem elas são. Ou seja, genocídio é um “plano coordenado de diferentes ações para destruir as bases essenciais de um grupo” (Jones, 2010, p. 10 – tradução livre [Original: “[...] a coordinated plan of different actions aiming at the destruction of essential foundations of the life of national groups[...].”])

À época dos genocídios que tiveram lugar em seus territórios, Bósnia, Alemanha e Ruanda eram três Estados inseridos nas estruturas da era moderna – com traços estatais de organização, disciplina, soberania, controle, eficiência e autoridade para o desenvolvimento de tecnologia e meios de propaganda (Balorda, 2013, p. 255). De acordo com Balorda (2013, p.230),

It is, in fact, the frenzy of the 19th and 20th century modernity, the process of the formation of nation states which includes a process of annihilation of peoples and languages, the invention of new technologies which forever radically changes the society, (...) that contributed to destabilisation of identities and, especially in states with an ethno-nationalist mind frame, to genocide.

Ou seja, os elementos da modernidade desempenharam um papel importante no desencadeamento de genocídio, influenciando processos de violência e disputa entre os Estados-nação enraizados nos processos de construção das identidades nacionais. Tudo isso por meio de um aparato burocrático organizado, com presença militar e poder soberano, influenciando politicamente na organização dos territórios.

Essas características dos Estados modernos permitiram que houvesse uma ascensão de elites políticas no poder que se organizavam de forma coordenada e burocrática para perpetrar a violência, como no caso dos militares do governo nazista. Em um recente estudo de campo no campo de concentração Sachsenhausen, em Oranienburg, o mais próximo de Berlim, na Alemanha, foi possível ver exemplos claros de como a organização era disposta nos campos de concentração. A primeira figura demonstra como os “barracos” dos prisioneiros eram dispostos de maneira 180° para que a “*Tower A*”, uma espécie de casa administrativa onde ficavam os comandantes do campo, tivesse uma visão completa, propiciando um controle sobre aqueles que ali estivessem.

Figura 1: Foto da visão da época de onde ficavam os “barracos”, tirada de dentro da “Tower A”.



Fonte: Acervo próprio.

A foto acima expõe o seguinte texto:

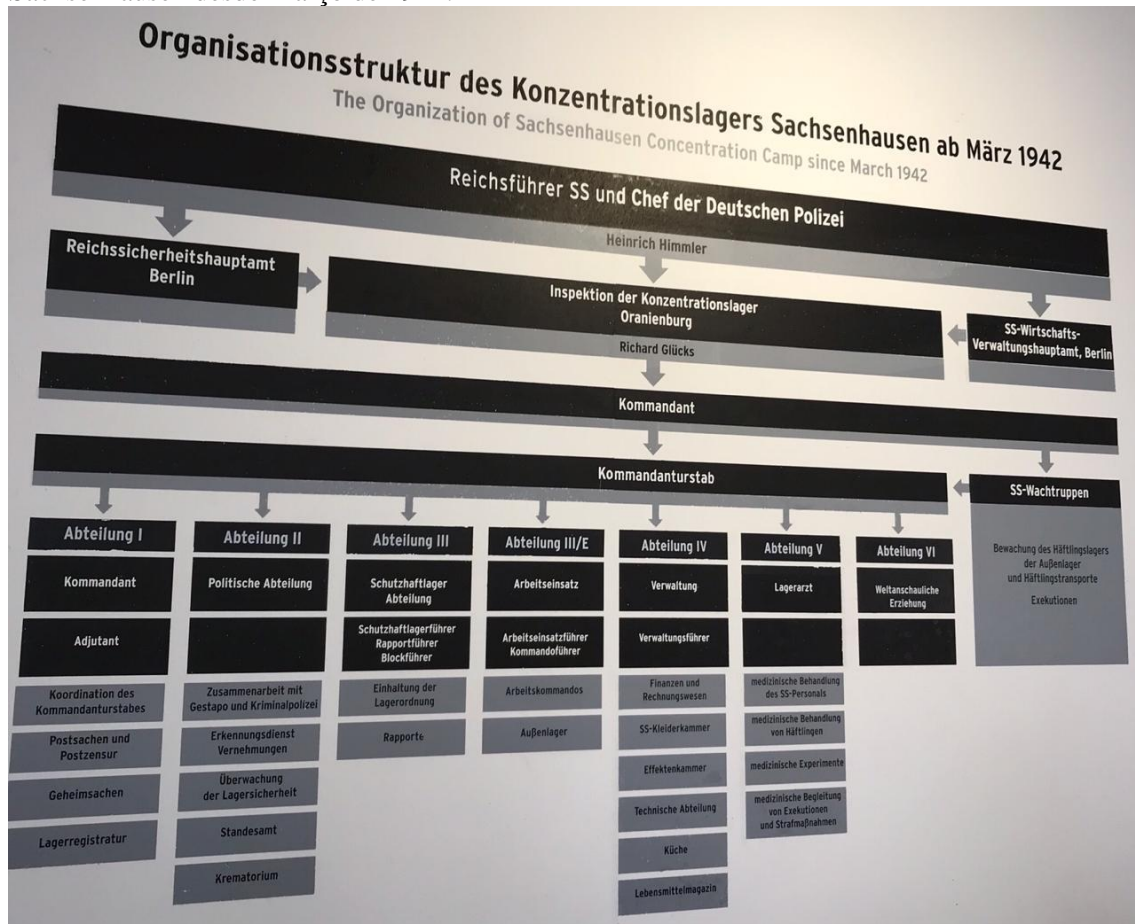
The series of pictures shows the view that was available to the SS man on "Tower A". The slogan on the barracks reads "There is one way to freedom. Its milestones are: obedience, hard work, honesty, order, cleanliness, charity, truthfulness, sense of sacrifice and love for the Fatherland". It was painted onto the front ends of the barracks in 1939. The words were originally formulated by Heinrich Himmler⁴

Já a segunda figura representa um organograma da organização de Sachsenhausen, com a divisão burocrática estatal bem definida e diversa, com subdivisões como “*Inspektion der Konzentrationslager Oranienburg*”, que significa inspetor do campo de concentração de Oranienburg; “*Reichssicherheitshauptamt Berlin*”, o escritório central de segurança do Reich;

⁴Um dos principais líderes do Partido Nazista da Alemanha.

“Abteilung IV”, departamento IV responsável por “Finanzen und Rechnungswesen” e o “Abteilung V”, departamento V responsável por “medizinische Experimente”, entre outros.

Figura 2: Organograma dos cargos e departamentos no campo de concentração de Sachsenhausen desde Março de 1942.



Fonte: Acervo próprio.

Essas figuras refletem a racionalidade organizada, manipulável e controlada do Estado-nação que tornou possível o planejamento social e o controle civilizatório do comportamento humano, e que formaram as bases para a disseminação de discursos dos líderes genocidas como Hitler, por exemplo. Isso nos leva a crer que o Holocausto tenha sido um fenômeno com tensões ignoradas até então e que surgiu com os poderosos instrumentos racionais desenvolvidos pela modernidade, como aponta o autor Bauman (1998). A busca pelo progresso e pela industrialização nesse contexto refletiu na política sistemática desse extermínio. O Holocausto foi reflexo de uma realização tecnológica da sociedade

industrial, o sucesso de uma organização burocrática na compreensão da racionalização e busca pela eficiência (Bauman, 1998, p. 34).

Ou seja, após as duas guerras do século XX, que deixaram países em ruínas e propiciaram a reconstrução de fronteiras e novos Estados, iniciou-se uma estética de morte baseada no extermínio em escala industrial, uma utopia como no governo nazista de ter uma sociedade homogênea e que para isso seria necessário expulsar uma em razão da outra. Essa ideia é permeada por novas relações de autoridade e centralidade que emergem por meios técnicos (Gellately & Kiernan, 2003, p.63). Portanto, a burocracia e a administração planejada para os conflitos são elementos da modernidade que fazem refletir sobre a influência para que todos esses conflitos acontecessem:

Should we conclude that “Auschwitz” and other twentieth-century genocides were modern phenomena because of the methods used in the killings? Administrative murders are systematic and detailed, coldly efficient, totalizing and globalizing in their intended and/or logical reach. Related questions concern the supposed need for technical means to murder large numbers of people and the desensitizing effects of bureaucratic distancing on the perpetrators. (Gellately & Kiernan, 2003, p.103).

A burocracia moderna tornou invisível a humanidade das vítimas e trouxe um distanciamento burocrático entre os resultados repugnantes ou moralmente repulsivos da participação das pessoas nas ações que gerariam o extermínio (Bauman, 1998, p. 46). No nazismo, uma indiferença moral era vista entre os trabalhadores dos campos de concentração. Tal reflexão é discutida no livro *Good People and Dirty Work*, de Everett Hughes, e que é questionada pelo autor: “*How could these millions of ordinary people live in the midst of such cruelty and murder without a general uprising against it and against the people who did it?*” (Hughes, 1962, p. 4).

O Holocausto reflete, em diversos momentos, o entrelaçamento entre genocídio e modernidade. O primeiro exemplo, nesse sentido, está na malha ferroviária alemã, em seguida os fornos crematórios utilizados nos campos de extermínio alinhado ao desenvolvimento das câmaras de gás e do próprio gás tóxico, com avanços personalizados para o momento. A posterior, os serviços diretos aos órgãos do governo nazista como: o avanço das máquinas de tijolos que serviam à *German Earth & Stone Works*, empresa que cuidava dos projetos de construção, o desenvolvimento dos estudos científicos que analisavam e

classificavam a sociedade, com o suporte das máquinas *Hollerith*, máquinas de tabulação elaborada pela subsidiária alemã da IBM.

Em termos de aproveitamento e desenvolvimento tecnológico pré-existente, houve uma burocracia organizacional e modificação dos sistemas de transporte ferroviário que encaminhavam as pessoas aos campos de concentração. Como aponta a *Holocaust Encyclopedia*, “[t]he Germans used both freight and passenger cars for the deportations. They did not provide the deportees with food or water, even when the transports had to wait days on railroad spurs for other trains to pass”(United States Holocaust Memorial Museum, [s.d.]). Diferentes tipos de vagões ferroviários, em termos de tamanhos e estruturas, foram utilizados para facilitar a condução de milhões de pessoas para os campos.

Jan-Claude Pressac e Robert-Jan van Pelt (1998) são os autores que estudaram o papel da *Topf and Sons*, empresa de engenharia originária alemã, que construiu os fornos crematórios dos campos de concentração. O desenvolvimento da ferramenta seguiu os objetivos postos pelos líderes nazistas, na medida em que inicialmente a empresa desenvolvia crematórios para mortes de causas naturais, porém com a iniciativa nazista, o maquinário dos campos foi modificado para comportar mortes em massa, adaptando fornos com múltiplas câmaras para incinerar os cadáveres de forma mais rápida, pois não seria necessário manter intactas as cinzas, como num crematório particular.

Os fornos crematórios foram desenhados para comportar os extermínios em massa que ocorriam nas câmaras de gás possibilitadas pelo desenvolvimento do *Zyklon-B*, gás tóxico e mortal utilizado para o extermínio de judeus e outros povos considerados inimigos da Alemanha Nazista nos campos. Neste caso, a *I.G. Farben* foi uma das empresas industriais, conhecida como um dos maiores conglomerados químicos do mundo, que atuou na pesquisa e desenvolvimento do gás, por meio de uma subsidiária que comandava um laboratório construído e operado pela empresa, em Buna, campo de trabalho forçado em Auschwitz (Borkin, 1978). Inicialmente, o *Zyklon-B* não foi desenhado com a intenção de cometer o extermínio:

Zyklon-B had been developed as a delousing or fumigating agent for eradication of vermin and was brought to Auschwitz for those purposes in 1941. As an agent for mass death, Zyklon-B was introduced into the gas chambers through vents in the ceiling and entered the victims' body through the mouth, respiratory organs, and

pores of the skin. It killed most of its victims immediately (Bartrop, 2019, p. 88).

O uso do Zyklon-B como agente de morte em massa foi testado nos blocos dos campos de concentração, mas pensando na eficiência e discrição das mortes, adaptou-se às câmaras de gás próximas ao necrotério e no espaço do crematório, o que seria um sistema facilitado para que o gás pudesse evaporar. Isso tornava discreta a movimentação das vítimas para que não fosse possível ter a visualização de cadáveres sendo removidos após a incineração – dessa forma, os prisioneiros seriam levados vivos para esse local, inalariam o gás e seriam incineradas longe da visão do resto do campo (Pressac & Van Pelt, 1998). Tais análises projetadas possibilitam entender o plano nazista de extermínio em que valores políticos e morais influenciam a criação e a utilização de artefatos tecnológicos a serviço da morte.

Michael Thad Allen (2002) exemplifica a busca de sistemas modernos pelos líderes nazistas, com a seleção da máquina de fabricar tijolos *Spengler*, serviço para a área de construção civil. Nesse sistema foi introduzida uma nova tecnologia de “prensagem a seco”, que, embora mais cara, agilizava a produção de tijolos por permitir altas taxas de rotatividade do trabalho e não depender de uma qualificação de trabalhadores para operá-la eficientemente. Em um espaço de burocratização desumana, essas novas máquinas traziam uma perspectiva de *output-multiplying* relacionado à busca pela agilidade na produção. De acordo com Allen (2002, p.69), “[a]s difficult as it to believe now, such automated machines and their aura of modernity held as much attraction to the SS in the 1930s and 1940s as new computer technology and ‘cyberspace’ can hold today”.

Além disso, outros serviços estavam ligados diretamente aos órgãos estatais como os experimentos com seres humanos nos campos de concentração em nome do conhecimento científico. Além do gás tóxico para o extermínio, a *I.G Farben* auxiliou ao disponibilizar outros tipos de substâncias que, supostamente, visavam apoiar o desenvolvimento da ciência (Leventhal, 1995). Isso ocorria, por exemplo, em testes de produtos farmacêuticos e métodos de tratamento para lesões e doenças, usando os prisioneiros como cobaias para a descoberta de prevenções e imunizações. Uma objetificação total da vida humana para fins científicos, baseados na busca pela inferioridade racial dos grupos não-arianos ou vistos como “aberrações” sociais, como por exemplo, gêmeos, anões e

homossexuais, cujos corpos eram submetidos a tipos específicos de experimentos “científicos” (Jones, 2010, cap.6). Na busca pelo avanço e comprovação da ciência, alguns experimentos cirúrgicos e tratamentos médicos foram feitos, tal como na busca pela cura da homossexualidade (Caplan & Wachsmann, 2010, p. 92).

Zygmunt Bauman (1998) aponta que os elementos da engenharia social que visa produzir uma ordem longe do acaso da natureza, a busca do entendimento de genética, purificação de raças, perfeição e previsibilidade são pilares da modernidade. O racismo e as práticas inseridas na busca pela confirmação da diferença não deixam de refletir de fato uma forma de planejamento social que representa a visão de mundo daquele momento. Conforme aponta, *“o racismo é impensável sem o avanço da ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas modernas de poder estatal. Como tal, o racismo é estritamente um produto moderno. A modernidade tornou possível o racismo”* (Bauman, 1998, p.83).

Desta maneira, com os resultados dos experimentos que vinham sendo estudados, os pesquisadores e cientistas alemães encontraram uma forma de compilar esses dados, ao identificar e classificar a população judia e outros que eram vistos como inimigos desassociados dos arianos puros. Para isso, a *Dehomag*, uma subsidiária alemã da IBM, desenvolveu uma tecnologia estatística que permitia processos de classificação e contagem da população por meio de cartões perfurados produzidos pelas máquinas Hollerith. Esse sistema de tabulação customizado permitia ao governo Nazista produzir estatísticas e censos para um controle burocrático e administrativo do povo. Durante o Holocausto, a tecnologia investida na tabulação de métricas passou a apoiar diretamente o projeto nazista de aniquilação da raça não-ariana, como aponta o autor Edwin Black (2011). A proposta dos cartões era registrar as características individuais dos cidadãos por meio de um processo de classificação e categorização que permitia a contagem e o controle dos indivíduos nos campos de concentração. Por meio desse sistema, as máquinas *Hollerith* forneceram ao governo alemão a tecnologia necessária para a burocratização dos extermínios, apoiando de forma central a erradicação daqueles que eram considerados segmentos inferiores da sociedade (Black, 2011). Essa utilização da tecnologia demonstra como o conhecimento de ponta foi instrumentalizado e apropriado para os propósitos

genocidas do Estado, possibilitando a coleta de informações e criação de códigos que facilitasse o trabalho do governo nazista (Black, 2002).

É importante citar que na época existia um jornal oficial da Sociedade Estatística Alemã: *Allgemeines Statistisches Archivs (ASA)*⁵, o qual além de incentivar o aprofundamento de estudos classificatórios da população, ainda divulgava esses resultados de forma pública e a nível global. Essa atitude, ao mesmo tempo em que demonstra o impacto da mídia na reafirmação do discurso de superioridade apontado pelos líderes nazistas, também abre margem para a adoção de metodologias “científicas” como um discurso de verdade, autorizando a leitura oficial acerca da inferioridade dos judeus e outros inimigos sociais (Black, 2011).

Dado isso, no presente artigo tem sido apresentado como a modernidade impacta nas dinâmicas e processos de genocídio, com base em dois pontos principais: Estados com um modelo de organização burocrática e planejada, marco de uma sociedade moderna que permite enxergar que *“o uso da violência é mais eficiente e menos dispendioso quando os meios são submetidos a critérios instrumentais e racionais e, assim, dissociados da avaliação moral dos fins”* (Bauman, 1998, p. 122); e pelos avanços tecnológicos do século XX, entre eles o emprego dos meios e tecnologias de comunicação. Além do Holocausto, os conflitos no território da Bósnia-Herzegovina⁶ também podem servir de exemplo nesse sentido. Ainda que em escala menor, o caso da Bósnia também mobilizou a propaganda para incentivo ao genocídio. Segundo a autora Balorda (2013, p. 156):

[...] *the organisation, preparation in terms of propaganda and execution of genocide were modern, as the genocide in its entirety was planned and executed by the state just as the ICTY⁷ trials faced difficulties due to the bureaucratic free-floating responsibility of the perpetrators [...].*

Neste local, houve uma forte mobilização do povo sérvio, por meio do aparato estatal que utilizou dos meios midiáticos para propagação de discursos nacionalistas que incidiam ao ódio, e que permitiram a eclosão de diversas ações

⁵Conforme divulgado pelo site *German Statistical Society*, todas as edições anteriores podem ser acessadas pelo link referenciado em *Deutsche Statistische Gesellschaft*, 2019.

⁶Conflito que aconteceu na década de 90 por uma tensão étnica entre os bósnios, servos e croatas, habitantes do território da ex-Iugoslávia. Os sérvios vinham buscando se posicionar dentro do território, fosse frente a conflitos na Croácia ou na Bósnia (Mennecke, 2009).

⁷*“The International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY) was a United Nations court of law that dealt with war crimes that took place during the conflicts in the Balkans in the 1990s”* (UNICTY, [s.d.]

de violência naquele território. As diferenças étnicas e os mitos do passado passaram a ser uma ferramenta útil de manipulação da liderança sérvia que queria estar no poder e, para isso, passou a direcionar propagandas para que a população se preparasse para um genocídio. Essa propaganda impulsionou a eficácia do genocídio expressa no vasto número de mortos em um pequeno tempo de conflito (Balorda, 2013, p. 236). As propagandas feitas na época tinham como intuito persuadir a população para a causa sérvia, que movimentava em seu discurso um pertencimento histórico e identitário àquele território e uma sensação de ameaça provocada pelos ímpetos de independência de Bósnios e Croatas.

Antes do conflito no território da Bósnia, os sérvios já se envolviam na questão da independência da Croácia. Um exemplo, nesse sentido, é o “*Dubrovnikburning tires*”, em que, durante o Cerco de Dubrovnik em 1991, enquanto o exército sérvio bombardeava a cidade da Croácia, a *Radio Television of Serbia* exibia colunas de fumaça na região, alegando que a população local croata queimava pneus e automóveis para simular a destruição da cidade (De La Brosse & Brautovic, 2017). Várias formas de propaganda foram utilizadas, como notícias em TV e rádios locais, o que tornou o espaço de guerra um espaço de narrativas em disputa pelos meios de comunicação. Conforme apontam Renaud de la Brosse & Mato Brautovic (2017, p.1),

But if the city is a place and object of the theatre of war, it has always been the subject of narrative discourse by the belligerent. As if a scene in a play, and through the media, the city has turned into a full discursive place – that of the existing representations between opposing parties in conflict. Urban warfare does not take place only in the city, it also takes place in the discursive construction through the media, and often in a context marked by the absence of neutral or free media... Twenty-five years on, it's clear that only the traditional media participated in the process of narration of the Yugoslav conflict.

A força estatal de disseminação de discurso de ódio contra Bósnios e Croatas era tanta que profissionais midiáticos não tinham tempo para checar as notícias e ter um controle da veracidade, o que levou a uma expressão “*information pollution*” (Yaman, 2016 apud De La Brosse & Brautovic, 2017, p.2), que tornava o conflito um espaço de possíveis notícias falsas e propagadas de maneira mal intencionada. Esses exemplos apontam a influência que a mídia pode exercer no curso de uma guerra formando políticas e influenciando a opinião pública. Para os autores (De La Brosse & Brautovic, 2017, p.13), o fenômeno

contemporâneo da interação entre a mídia, opinião pública e as políticas foram fundamentais para o colapso do Estado da Iugoslávia.

Ou seja, grande parte da dissolução da Iugoslávia tornou-se um exemplo didático do poder da propaganda em tempos de guerra (Grove, 2018, p.2), desde épocas com o *slogan* popular “*Brotherhood and Unity*” de Josip Broz Tito, que ocupou a presidência da Iugoslávia entre 1953 e 1980, por exemplo. A mídia em massa atuou na mobilização de um discurso nacionalista que viria a influenciar a opinião pública durante o conflito: “*propaganda can be defined as a struggle for control of minds through control of communications infrastructure by which public opinion is influenced, swayed, and manipulated*” (Lyombe, 2002 apud Grove, 2018, p.4).

A participação dos líderes nacionalistas na utilização de discursos que influenciaram práticas de genocídio na Bósnia ocorreu com Slobodan Milosevic, presidente da Sérvia de 1989 a 1997 e da República Federal da Jugoslávia de 1997 a 2000. O líder teve como principal sucesso no seu mandato o uso da mídia para cobrir os seus discursos, como a TV de Belgrado, capital da Sérvia. Como exemplo, em um de seus pronunciamentos divulgados pela mídia, houve a exibição de cenas editadas para parecer que os sérvios, que atiravam pedras para provocar policiais vizinhos albaneses, eram, na verdade, vítimas de agressão da mesma. Esse episódio ganhou repercussão em rede nacional, não apenas em notícias locais, e foi veiculado para demonstrar que o Estado iria defender a sua população sérvia contra qualquer tipo de agressão, fosse externa ou internamente (Grove, 2018, p.9). Conforme destaca Agneza Bozic-Roberson (2005 apud Grove, 2018, p. 10),

By the fall of 1987, Milosevic had seized control of influential media outlets including publications, radio and television stations, among them RTB (the major television station in Belgrade which had an all-Yugoslav broadcast), Politika (the most influential daily publication in Serbia), and three other major publications and newspapers. Milosevic disposed of virtually anyone that stood in his way: from party officials to journalists, editors, directors and actors, and replaced them with loyal members of his new party.

Desde o século XX, cada vez mais a mídia tem se expandido. Recentemente com o advento da internet, que, por um lado, promoveu elementos de democratização global, ao ampliar o acesso à informação, mas, por outro, também abriu espaço para a manipulação pública de informações e disseminação de *fake news* (De La Brosse & Brautovic, 2017, p.12). A divulgação de

acontecimentos em “tempo real” ganhou espaço nos meios de comunicação, inclusive no caso do genocídio da Bósnia, que ganhou as manchetes mundiais. Durante o conflito, em julho de 1995, houve o massacre de Srebrenica, um evento que foi tratado pela mídia com destaque e com grande cobertura internacional dedicada para tal. *The Washington Post* e *The New York Times* publicaram por volta de 70 artigos em uma semana, com um apelo para a questão humanitária que estava acontecendo. O impacto da força midiática leva a crer que a “*communication is so potent that it is possible to halt war by means which are no longer within the domain of war but rather peace*” (D’Ormesson, 1992, p. 126 apud De La Brosse & Brautovic, 2017, p.11).

De modo geral, portanto, os avanços tecnológicos no século XX foram possíveis em diversos campos e funcionalidades e a era da informação forneceu a infraestrutura que fomentou tais acontecimentos. Conforme apontado acima, o uso das mídias pode influenciar e catalisar práticas de genocídio e extermínio como exemplificados pelo caso do Holocausto e da Bósnia. A partir de agora, a relação entre modernidade e genocídio será analisada à luz das dinâmicas de violência no caso de Ruanda.

3. Histórico de Ruanda

Entre abril e julho de 1994, em apenas cem dias, pelo menos 800 mil pessoas foram mortas no genocídio ruandês, marcado pela perseguição da maioria Hutu à minoria Tutsi. Como reflexo da primeira guerra mundial, Ruanda tornou-se território da Bélgica, o que refletiu em um forte regime de repressão colonial e exploração econômica. Por meio de uma política colonial divisória, os belgas favoreceram os Tutsis, que já tinham um histórico de monarquia e controle da região e, portanto, ganharam um *status* maior de elite, o que garantiu a eles mais benefícios pelo poder colonial (Hintjens, 2001). A diferenciação identitária, nesse caso pautada nas características físicas desses grupos, foi intensificada com o apoio dos europeus ao iniciar reformas administrativas que propagavam estereótipos raciais, dificultando mais ainda a formação de uma identidade nacional comum.

Diante disso, o cenário muda por volta dos anos 60, com a aproximação do fim do colonialismo e a busca pela autonomia, quando acontece a revolução dos Hutus, que levou à independência de Ruanda em 1962. Esse evento permitiu que os Hutus fossem alçados a uma posição de poder e colocados como povos verdadeiramente ruandeses enquanto os Tutsis passaram a ser marcados como estrangeiros e colonizadores, influenciado pelos vínculos com a dominação colonial. Ao assumir o poder, os Hutus passam a reproduzir um governo de hostilidade, ocupando a maioria em cargos públicos e de serviços e replicando as políticas coloniais de divisão e exclusão para evitar o retorno do domínio Tutsi (Jones, 2011, p.350).

Em consequência, os Tutsis perseguidos passam a se refugiar em países vizinhos, como Uganda, Tanzânia, Congo, onde formam o *Rwanda Patriotic Front (RPF)*, milícias armadas que invadem as fronteiras do território de Ruanda contra o governo em 1990, dando início a uma guerra civil. Nesse contexto, o governo passa a usar os meios de comunicação como instrumento de propaganda por meio da *Radio-Télévision Libre des Mille Collines (RTL)* para difundir um discurso de medo acerca da ameaça Tutsi. Esses discursos passam a fomentar um clima de tensão constante e o acirramento do conflito: “*RTL transformed the staid Rwandan media, and fueled a hysterical fear of the threat posed by RPF forces and their “fifth column” inside Rwanda – the Tutsi minority, designated by RTL as inyenzi, or ‘cockroaches’*” (Ibid., p. 351).

A invasão pela *RPF* trouxe reflexos a nível mundial com a chegada da *UNAMIR (United Nations Assistance Mission for Rwanda)* para supervisionar o conflito entre os grupos, estabelecendo em 1993, por meio do Acordo de Arusha⁸, o controle de Ruanda compartilhado entre Tutsis e Hutus. Porém, diferentemente das expectativas internacionais, a situação política e de segurança do país se deterioraram após a assinatura (Alves, 2005, p. 426), e não aconteceu de forma satisfatória o que fora acordado entre as partes. Esse novo arranjo de poder contrariou a elite Hutu que fortaleceu a sua posição, colocando, novamente, os *RPF* e Tutsis como um problema ao território, por meio de discursos de ódio mobilizados para intensificar as divisões.

⁸ Os acordos de paz de Arusha foram uma série de assinaturas que aconteceram em Arusha, na Tanzânia, com a tentativa de finalizar um conflito de já durava 3 anos naquele território, tendo como resultado o estabelecimento de um governo dividido entre a *RPF* e o governo então atual de Ruanda.

Em abril de 1994, o presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimana, é assassinado, o que consolida a demonização do “outro” e redefine as fronteiras morais por parte do seu grupo Hutu. A partir disso, o conflito se desenrola de forma muito rápida e eficaz mesmo sem mecanismos como os do Holocausto, e ainda assim com uma média de mortes diárias cinco vezes maior, chegando a quase um milhão de mortos em cem dias. Nesse contexto, o governo ruandês passa a incitar a violência e mobilização da população Hutu como dever cívico, se utilizando de propaganda, charges em jornais e rádios, que tiveram papel fundamental na mobilização do genocídio. Esses meios de comunicação passaram a divulgar, além da mensagem oficial, músicas e *hate speech*, que davam ainda mais efetividade à política genocida (Hintjens, 2001). Conforme aponta Helen Hintjens (2011, p. 39),

Propaganda leaflets were distributed; disinformation was routine, with the prospect of mass slaughter of Hutu by the Tutsi-dominated RPF being constantly invoked. Those who killed Tutsi were promised material rewards, from bottles of beer to the property of the dead.

As propagandas que foram inseridas nessa época reiteraram mitos, leis que instituíram a nacionalidade, abrindo espaço para a discussão de uma identidade pertencente àquele território. A década de 1990 foi uma fase que teve um grande foco no nacionalismo e na racionalização da violência, com perseguição das minorias e extermínio em massa. Processos que são trazidos muitas vezes pela mídia como exceção, mas que são regra e estão arraigados no sistema internacional que permitiu a construção do “eu” e o “outro” e da prática da homogeneização patológica⁹ que faz com que criem processos de violência e exclusão (Rae, 2002).

A formação dos Estados modernos permite que esse processo de homogeneização aconteça, seja pela assimilação forçada, expulsão ou até mesmo extermínio. Os dois últimos pontos são encontrados no genocídio de Ruanda, a partir do momento que se iniciam atos de violência legitimados pelo aparato estatal para atingir essa congruência imaginada entre o Estado, território e nação (Ibid.). Desígnio facilitado por meio de propagandas e símbolos que inflam a

⁹Segunda a autora, a homogeneização patológica é definida pela tentativa de homogeneizar um Estado na busca por uma identidade comum. O processo não necessariamente é ligado ao processo de extermínio direto, mas pode estar ligada a estratégias usadas para construir a legitimidade e fazer com que exista um processo de unicidade e expulsão do outro (Rae, 2002, p.5).

diferença entre os dois grupos, como no caso da definição de fronteiras e a colocação dos Tutsis associados a “baratas” ao tentarem invadir o território ruandês, que por eles era de direito nacional.

Badredine Arfi (1998) busca entender a relação entre o desencadeamento da violência e os processos de construção da identidade coletiva, a partir de um olhar sob os processos internos do local e suas estruturas sociais. Para o autor (Ibid.), as identidades são mantidas e reafirmadas pelas práticas sociais dentro da estrutura que mobiliza fatos para desencadear conflitos, no caso de Ruanda, as práticas sociais de acirramento da diferença pela elite (ora colonizadores, ora Estado) foram mobilizadas reafirmando as identidades nacionais, gerando enfrentamento entre os Tutsis e Hutus. Ele identifica três tipos possíveis de identidades que ajudem a entender a construção dessas e coloca fatos das estruturas sociais que possam ser mobilizados para estimular conflitos.

Dentre os três tipos¹⁰, a possibilidade da construção de uma “identidade agressiva” aplica-se ao caso de Ruanda, no qual tem como principal característica o “outro” visto como ameaça permanente, a ponto de dificultar a relação entre povos num mesmo território – o que levaria a mobilização e propagação de fatos para potencializar a violência buscando a eliminação de um povo (Ibid.). Já como fato da estrutura social, as “memórias” foram mobilizadas, elas tratam de uma reinterpretação do passado, como no caso da lembrança dos Tutsis no período da monarquia, o que gera uma discussão de pertencimento naquele território. Tal questão acirrou clivagens étnicas pré-existentes dentro de uma estrutura institucional, no momento em que o líder de um Estado que estava no poder pertencia a uma etnia.

No caso de Ruanda, a construção da “identidade agressiva” do grupo étnico Hutu, que causou o extermínio dos Tutsis, passou por quatro processos, também desenvolvidos pelo autor (Ibid.). Primeiro, há a emergência de mitos políticos, no qual os mitos históricos foram mobilizados e transformados, como já exemplificados anteriormente. Em seguida, há a internalização desses mitos e uma difusão de discursos em que o “outro” é colocado como ameaça por políticos e líderes. Como exemplo além de Ruanda, o povo bósnio definiu o povo croata como inimigo em potencial, responsável pelos problemas desse povo no passado

¹⁰ Para saber mais sobre o trabalho de Badredine Arfi ver o livro “*Ethnic fear: The Social construction of insecurity*” (1998).

(Ibid.). Por terceiro processo, há a mobilização aberta e de maneira gradual para questionar a liderança política que precisa ser revista, no território ruandês - com a morte de Habyarimana, há um questionamento de ambos os lados étnicos sobre a situação política dali. Por último, a identidade agressiva é construída ao passo que uma elite demoniza o “outro” e isso começa a acontecer de maneira recíproca, influenciado pelo medo, incerteza e ameaça do outro à existência de um grupo e vice-versa (Ibid.).

Os processos de formação de identidade podem produzir um efeito de fronteira e fixação e pode aparecer como um instrumento de um grupo que busca vantagens políticas. Todas as identidades são socialmente construídas e podem ser evocadas tanto no nível individual quanto no nível coletivo, o que nos leva a concluir que o genocídio ruandês não se limita somente em motivação ou consequência do Estado territorial ruandês, mas é imbricado em uma rede de relações de poder que ignora as fronteiras territoriais (Alves, 2011, p. 51). Um conflito como esse só demonstra que não é possível se submeter à interpretação geopolítica moderna, com a delimitação do dentro e fora e por isso a identidade daquele território não se dá como fixa e nem o conflito pode ser interpretado somente à luz das suas dinâmicas internas, mas sim, influenciado também por processos históricos como, nesse caso, a colonização.

Portanto, os discursos mobilizados para o acirramento da questão étnica no território é importante para entender como a mídia teve influência na divulgação desses mitos políticos, que passam a mobilizar narrativas seletivas sobre o passado e sobre as relações de animosidade entre os Hutus e Tutsis (Finley, 1980). Em Ruanda, os meios de comunicação tiveram um papel central. Destacam-se, nesse sentido, o jornal Kangura, que divulgava músicas, charges e *hate speech*, além da rádio *Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTL)*. O papel e a atuação desses meios midiáticos serão ilustrados e analisados na próxima seção.

4. Estudo de caso de Ruanda: o impacto da mídia nos genocídios

O conflito de Ruanda é um exemplo no que tange à relação existente entre genocídio e modernidade, ao acontecer em um cenário de pós-colonização e

ascensão das diferenças étnicas. Tal vínculo da era moderna impactou nas dinâmicas e nos processos de genocídio no caso de Ruanda ao disponibilizar instrumentos e ferramentas que facilitassem a política de extermínio. Conforme apontam Robert Gellately & Ben Kiernan (2003, p. 326), *“The Rwanda genocide was the product of a postcolonial state, a racialist ideology, a revolution claiming democratic legitimation, and war – all manifestations of the modern world”*.

O genocídio de Ruanda foi evento marcado tanto por traços da “modernidade” como por elementos associados à “não-modernidade”, ou a um processo de violência “pré-moderno”. Ou seja, por um lado a organização burocrática e preparação em termos de propaganda e execução do genocídio demonstram as conexões entre genocídio, as estruturas do Estado moderno e tecnologia. Por outro, as práticas de extermínio em si aconteciam de forma bastante distante daquelas que marcaram o Holocausto. Dessa vez, não havia máquinas de recenseamento, malhas ferroviárias ou armas de destruição elaboradas para marcar a despersonalização da violência. O processo de extermínio ocorreu pela interação direta entre vítima e perpetrador por meio de instrumentos rudimentares como machetes. Contudo, conforme aponta Balorda (2013, p.204),

The weapons used in the Rwandan genocide are another point that the “tribalism” scholars focus on, because in radical contrast with the industrial Nazi holocaust, this genocide was, to a large extent committed by the use of traditional weapons, such as machetes. However, this is not necessarily an indicator of the primitivism of the genocide or its spontaneity as such. In fact, the machetes are not a traditional Rwandan weapon, but were solely bought for their extremely low price, due to the country being practically bankrupt.

Os meios de comunicação marcam o caráter organizado e moderno da violência em Ruanda. Foi por meio deles que os discursos de ódio passaram a circular e atingir as grandes massas. Conhecidos como as “mídias de ódio” de Ruanda, especificamente jornais e rádios, passaram a difundir músicas, e *hate speech* como armas de guerra. Tais ferramentas surgem com implicações importantes para facilitar o envolvimento público no conflito e para disseminar os discursos de ódio reiterando a diferença entre os grupos (Gellately & Kiernan, 2003, p. 103). Isto é, a mídia colocada como ator que promove a política de genocídio em nome da proteção de um povo, reiterando a lógica pós-colonial da diferença. Considerando os elementos da modernidade presentes neste genocídio e o cenário histórico já mencionado, esta seção será focada no papel das duas

mídias divididas em subseções: o jornal *Kangura* e a rádio *Radio Television Libre des Mille Collines (RTL)* que, como meios de comunicação, trazem questões como a disseminação de mitos históricos sobre as identidades¹¹, a propagação de materiais sobre a violência contra o corpo da mulher e, principalmente, a incitação do extermínio de um povo.

Antes de iniciar a exposição das duas mídias, é válido contextualizar o surgimento dessas no território de Ruanda, como apresentado pelo autor Thomas Kamilindi (2007, p.136): a primeira imprensa escrita surgiu em 1933, com um jornal publicado pela Igreja Católica, instituição importante na época da colonização. Décadas depois, por volta de 1960, surgiu o primeiro jornal do governo. Outras tentativas vieram em seguida, quando em 1991 houve uma espécie de explosão democrática, em que um grande número de jornais foi estabelecido; já no campo das rádios, antes da criação da *RTL*, em 1993, somente a Radio Rwanda, que começou a operar em 1961, existia no território, funcionando como a voz das autoridades.

a) O jornal ruandês *Kangura*

Um dos pontos de partida importante para entender a eclosão do genocídio é a análise do jornal *Kangura*, conforme aponta René Lemarchand (2009a, p. 60): “*From 1990 to 1994, much the same themes would emerge in the pages of Kangura, one of the most stridently anti-Tutsi of the forty-odd newspapers published at this time in Rwanda*”. O jornal surge em 1990 e dura até o genocídio em 1994, com um posicionamento contrário aos movimentos da RPF (Frente Patriótica de Ruanda)¹² e da etnia Tutsi local. Em dezembro de 1990, o *Kangura* tinha começado a divulgar que os Tutsis estavam preparados para uma guerra que “não deixaria ninguém vivo” (Couto, 2010, p.14) e que a RPF tinha a intenção de “instaurar uma ditadura dos extremistas da minoria Tutsi” (Ibid., p.14).

¹¹Os mitos históricos possuem como função envolver fatos do passado que sejam selecionados de acordo com a sua significância para trazê-los na intenção de sustentar alguns posicionamentos e facilitar uma possível opressão (Finley, 1980, p. 53). Neste conflito, a relação entre Hutus e Tutsis, historicamente marcada pela diferença étnica que foi destacada pelos colonizadores, produziu mitos em relação à origem do conflito e a linguagem de racismo científico.

¹²Como citado na última seção, são as milícias armadas e refugiadas Tutsis que invadem as fronteiras do território de Ruanda contra o governo em 1990.

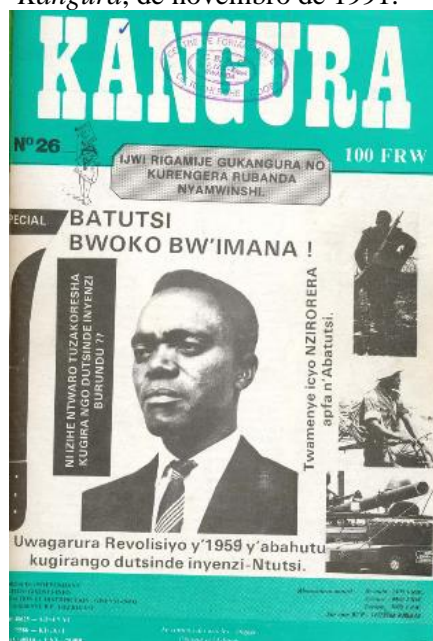
Conforme aponta Jean-Marie Higiroy (2007, p. 79 – tradução livre¹³), “de acordo com alguns editores, a viabilidade financeira de um jornal depende dos leitores, e o número de leitores depende da inclinação política”. No caso de *Kangura*, os compradores e apoiadores financeiros eram membros do partido político Movimento Republicano Nacional por Democracia e Desenvolvimento (MRND) que esteve no poder entre 1975 e 1994, dominado por Hutus, o que facilitou a viabilidade da publicação regular (Higiroy, 2007, p.79). Já a venda é o maior problema, cada editor encontra seu sistema de distribuição e organização no mercado. O *Kangura* já chegou a ter 10 mil cópias distribuídas, até mesmo 30 mil, o que para o local é um grande número, facilitando a disseminação das informações, como apresentado pelo autor (Higiroy, 2007, p. 80). O jornal era sustentado por pessoas ligadas ao regime e tinha suas publicações vendidas quinzenalmente na capital.

A chegada dos exemplares no interior se dava por meio dos cidadãos que voltavam pra casa de suas famílias nos finais de semana. Para compensar o entendimento pelos não-alfabetizados, o texto era frequentemente acompanhado por figuras, caricaturas e metáforas, o que tornava a notícia mais explícita e acessível de tal modo que dificilmente a essência do que era propagado não seria entendido (Human Rights Watch, 1999 apud Couto, 2010, p. 10). Um exemplo de metáfora utilizada era a denominação dos Tutsis como “baratas” (*cockroach* ou *Inyenzi*)¹⁴, que eram traidores da pátria e que queriam tomar o poder. Tal menção pode ser vista na figura abaixo:

¹³“According to some editors, the financial viability of a newspaper depended on its readers. The number of readers a newspaper had depended on its political leanings”.

¹⁴Inyenzi: “Inyenzi means cockroach, which is of course demeaning. Originally the word inyenzi had a positive connotation, to do with the Tutsi rebel movement that devastated Rwanda throughout the 1960s and 1970s” (Higiroy, 2007, p. 83).

Figura 3: Um exemplar do jornal *Kangura*, de novembro de 1991.



Fonte: Montreal Holocaust Museum, [s.d.].

In this page, the article was asking: “what kind of tools can we use to defeat the cockroaches once for all”? Ironically, the machete is on there already as the symbol for the tool. Other titles are talking about their “1959 Hutu revolution” and what they called “10 Hutu commandments” (Champion, 2018).

O jornal também ficou conhecido pela divulgação dos 10 mandamentos Hutu, que foi um aprofundamento dos mitos propagados pelo Poder Hutu, colocando os Tutsis como inimigos e que todos os laços existentes com eles deveriam ser cortados, incluindo relações familiares, de negócios e profissionais (Kabanda, 2007, p.62). Foi na edição nº 6 de *Kangura*, em dezembro de 1990, que os 10 mandamentos Hutu foram publicados, sendo quatro expressando construções genderizadas e comportamentais associadas especificamente às mulheres. Esses mandamentos referiam-se ao perigo provocado por essas, que trabalhariam de maneira precisa pelo interesse do poder Tutsi, e com isso seriam vistas como símbolo de ameaça (Lemarchand, 2009b):

1. Every Hutu male should know that Tutsi women, wherever they may be, are working in the pay of their Tutsi ethnic group. Consequently, shall be deemed a traitor:
 - Any Hutu male who marries a Tutsi woman;
 - Any Hutu male who keeps a Tutsi concubine;
 - Any Hutu male who makes a Tutsi woman his secretary or protégée.
2. Every Hutu male must know that our Hutu daughters are more dignified and conscientious in their role of woman, wife or mother. Are they not pretty, good secretaries and more honest?!

3. *Hutu women, be vigilant and bring your husbands, brothers and sons back to their senses.*

7. *The Rwandan Armed Forces should be exclusively Hutu. That is the lesson we learned from the October 1990 war. No soldier must marry a Tutsi woman* (Kangura, nº.6, dezembro de 1990¹⁵ apud Alves, 2011, p. 105)

Isto é, a produção da diferença, em particular, a diferença de gênero, atuou constitutivamente no imaginário local, permitindo a violência sexual fomentada pelo Estado Ruandês. As Tutsis eram retratadas pela mídia extremista como promíscuas e sedutoras, também alvo da propaganda genocida, vistas como mulheres que estavam ali só para seduzir os estrangeiros e os Hutus. Ao mesmo tempo as Hutus eram retratadas por esses veículos como as verdadeiras ruandesas, boas esposas, que deveriam ser valorizadas como as mães da nação. Essas imagens veiculadas pela mídia articulavam imaginários do período colonial sobre a superioridade estética da mulher Tutsi (Jones, 2004). Esses discursos e narrativas permitiram que o corpo das mulheres Tutsis se transformasse em um objeto de intervenção estatal e arma de guerra no contexto do genocídio (Alves, 2011). Conforme aponta Fernanda Alves (2011, p. 127): *“As mulheres, devido ao seu papel na reprodução de um projeto identitário nacional, se tornaram o principal alvo da estratégia de erradicar a população Tutsi”*.

O discurso de medo e rivalidade circulado pelas mídias também colocava todos os Tutsis como ameaças em potencial, até mesmo os bebês, pois seriam contaminados desde o ventre e ao nascer iriam poluir a sociedade. No início do conflito, os extermínios concentraram-se nos homens e meninos¹⁶ para evitar resistência política e militar à causa (Jones, 2004), até mesmo atacavam-os frente à masculinidade, questionando a capacidade desses de proteger e defender suas mulheres e famílias, como aponta Adam Jones (2004). Posteriormente, mulheres e meninas Tutsis passaram também a se tornar alvos dos discursos de ódio e das práticas de genocídio incentivadas pelos meios de comunicação. As propagandas incluíam representações nos jornais colocando as mulheres como objetos sexuais, ou seja, exemplos de propaganda de ódio baseada no gênero foram utilizados para incitar estupros de guerra (Balorda, 2013), trazendo o impacto da mídia nos processos de genocídio.

¹⁵ Ver mais em: Genocide Archive of Rwanda, 2015.

¹⁶ O que deixa as “viúvas do genocídio”, como reportado por Topping, 2014.

Portanto, os estereótipos de gênero foram parte central da propaganda genocida. Conforme aponta De Brower (2005, p. 13 apud Balorda, 2013),

Gender stereotypes in general were a very important part of the genocidal propaganda. The very patriarchal and discriminatory ideal of a woman as a man's tool can be found in the "Hutu Ten Commandments" (1990), where four commandments portray Tutsi women as tools of the Tutsi people and as sexual weapons to weaken and ultimately destroy the Hutu men.

Em 1993, tropas da RPF cavaram trincheiras para proteger suas posições. A divulgação desse fato, então, teria dado crédito aos rumores no ano seguinte de que seriam escavação das covas e que eles iriam massacrar quatro milhões e meio de Hutus, conforme propagado pela mídia (Li, 2004, p. 14). Essa acusação é vista como uma estratégia de propaganda conhecida como “*accusations in the mirror*”, i.e. acusar o outro grupo de fazer ações que eles mesmos estavam orquestrando¹⁷. Essa estratégia também foi usada na acusação que os Tutsis tinham como objetivo “limpar Ruanda jogando os Hutus no (rio) Nyabarongo” (Chretien *et al.*, 1995, p. 160, 176, apud Couto, 2010, p. 15). Esse discurso foi utilizado por Leon Mugesera, ex-político acusado que teve papel central na incitação ao genocídio, e que depois declarou que iria jogar Tutsis no rio, o que de fato ocorreu (2003, apud Couto, 2010, p.15)

Essa mentalidade de uma limpeza do território se associa a uma concepção trazida por Bauman (1998, p.78) do “Estado jardineiro”, em que alimenta a questão étnica relacionada com o racismo na era moderna por meio de metáforas biológicas. Regimes genocidas proclamavam a necessidade de “purificar” não só a raça, mas o território: “limpando os arbustos, ervas daninhas e arrancando as raízes” (Balorda, 2013, p.242), ou seja, tudo aquilo que não seria fértil. No caso de Ruanda, a limpeza seria voltada aos tutsis que eram vistos como “baratas”, o que exigia, portanto, uma grande “limpeza”.

¹⁷Estratégias eram utilizadas tendo como influência o Ministro da Propaganda do governo nazista, na preparação de um discurso e na postura frente ao povo. Joseph Goebbels era referência na oratória e isso auxiliou na forma pela qual as informações eram propagadas acusando o povo tutsi de tentar cometer genocídio contra os hutus (Balorda, 2003, p. 219).

b) A Radio RTLM – *La Radio Television Libre des Mille Colliens*

Assim como o jornal, a Rádio RTLM (*La Radio Television Libre des Mille Colliens*) foi outro meio utilizado para propagação dos discursos. Em um cenário de tensões, o governo entendeu a importância de utilizar a mídia para aproximar os ruandeses do regime. Na busca por uma forte campanha de propaganda, Habyarimana, então presidente, nomeou Ferdinand Nahimana, professor universitário, para assumir o escritório de informações oficiais do governo, cargo que incluía a autoridade sobre as estações de rádio nacional (Chrétien, 1995 apud Des Forges, 2007, p.42). Essa decisão facilitou a criação da *RTLM* em 1993.

No início da década, o território só tinha uma estação, a Rádio Rwanda, que era estatal e que vinha sofrendo alguns conflitos administrativos. Em 1991, o grupo RPF contrário ao governo criou a *Rádio Muhabura*, que não tinha abrangência nacional, mas recebeu atenção posteriormente. Os conflitos administrativos da rádio nacional e a popularidade da rádio liderada pelos Tutsis influenciaram na criação da *Radio Television Libre des Mille Collines* (RTLM). As transmissões se iniciaram no ano de 1993, um ano antes da eclosão do genocídio, com administração de aliados do governo, o que leva a torná-la conhecida como a principal mídia de ódio de Ruanda (Couto, 2010, p.11)

Grande parte da população ruandesa não sabia ler ou escrever, o que torna a Rádio um importante meio de comunicação com a população, colocando-a em um patamar tão (ou mais) importante que o jornal *Kangura* (Des Forges, 2007, p.42). Durante o tempo de conflito, a RTLM incentivou a população a pegar em armas, a perseguir, torturar e matar vizinhos e parentes da etnia Tutsi. O movimento era influenciado principalmente pelos “*Interahamwe*”, termo que significa “aqueles que combatem juntos”, os radicais Hutus que incitaram e perpetraram o genocídio. Os meios de comunicação convidavam à repressão, a denunciarem os rebeldes e ainda divulgavam lista de suspeitos da etnia Tutsi.

A propaganda de ódio foi facilmente vinculada pelo fato que esses principais meios, jornal *Kangura* e *RTLM*, eram concessões do governo, o que tornou ainda mais eficaz utilizar o rádio para transmitir uma mensagem de ódio a um público maior. Esse controle estatal dificultava que as pessoas tivessem informações independentes para validar essas declarações (Couto, 2010, p. 10).

Isso levou a uma “*information pollution*”, dificultando que os profissionais midiáticos conseguissem checar a veracidade do que era divulgado pelos meios oficiais de comunicação. As falsas informações divulgadas pela rádio foram o principal fator para desestabilizar a situação e fazer com que as pessoas se posicionassem no conflito. Além disso, o próprio presidente utilizou a mídia para propagar suas ideias, transmitir informações oficiais, anúncios de reuniões governamentais, lista de candidatos admitidos em escolas secundárias, entre outros (Des Forges, 2007, p. 42), o que trazia uma credibilidade a estação de rádio.

Enquanto a Rádio Rwanda adotava tons de oficiais para que o governo se posicionasse por meio de um tom mais formal, a *RTL*M era mais comunicativa (Ibid., 2007, p.45), aproximando-se cada vez mais a população pelo seu tom informal de propagação de informações. Em suas transmissões, os radialistas conduziam debates de forma mais descontraída, como se estivessem em uma conversa de bar. Conforme Higiroy (1996 apud Des Forges, 2007, p.45), “*RTL*M offered comments that sounded like ‘a conversation among Rwandans who knew each other well and were relaxing over some banana beer or a bottle of Primus in a bar’”. Isso levou a interações, como incentivos da participação dos ouvintes para telefonarem, exprimirem suas opiniões, pedir músicas e enviar mensagens a amigos, além de jornalistas da *RTL*M que saíam às ruas e comentavam os tópicos do dia.

Os propagandistas referenciavam seus discursos às autoridades políticas passadas, reiterando mitos históricos. Isso aconteceu quando, por exemplo, atribuíram a RPF a queda do avião do presidente Habyarimana, embora haja fontes que acreditam que é possível que tenha sido a própria elite *Akazu*, grupo extremista Hutu, que tenha cometido o crime com o objetivo de alcançar a coesão nacional da população e garantir uma razão válida para a execução do genocídio (Balorda, 2003, p. 206). Ou seja, a representação dos Hutus como inocentes, vítimas da conquista dos Tutsis, foi reafirmada pelo assassinado da autoridade estatal, sendo uma deixa para que os genocidas pudessem dar início ao extermínio (Couto, 2010, p.15). Nessa ocorrência, a *RTL*M, ao fazer o anúncio da queda do avião de Habyarimana, declarou que todos no país deveriam ficar onde estavam e que qualquer informação seria disseminada via rádio. Dessa forma, a Rádio se colocava como meio central de comunicação e de informação para uma população

em pânico. Como uma forma de enfatizar a mensagem que todos os Hutus corriam o risco de serem atacados, oprimidos, recolonizados e explorados pelos Tutsis, a Rádio chamava os Hutus a ficarem de prontidão para tomar medidas que evitassem o retorno ao passado de submissão (Mironko, 2007, p. 132).

Essa ideia de retorno aos tempos pré-modernos era incômoda à população Hutu, pois remetia a um tempo feudal em que eles eram vistos como povos agricultores do interior que serviriam aos Tutsis, povos da cidade. Isso se deu por meio da música, divulgada na Rádio, com o cantor nacionalista Simon Bikindi, Hutu, deixando registrado que eles não deviam mais se submeter a serem escravos dos Tutsis. A preocupação era que além de terem que servir a esse povo, ainda iriam perder toda a herança territorial, o que poderiam deixar os Hutus, grupo originários de uma subsistência de agricultura, na miséria (Couto, 2010, p.13). A música se deu como uma prática que alinhava a um processo de repetição, tornando-se mais fácil de ser lembrada e transmitida no cotidiano:

The music of Simon Bikindi, with its rousing tunes and anti-Tutsi lyrics, was part of RTLM's regular fare and provided many of the anthems of Hutu power. Many Hutu sang along with Bikindi's songs on RTLM in bars and in streets, and even after "work" shifts. (Li, 2004, p. 19).

Não coincidentemente a rádio *RTLM* foi a estação mais popular no país durante o genocídio. O autor Darryl Li (2004) trás sua reflexão sobre a relação da Rádio e da mobilização do povo, com base em um estudo de campo, com entrevistas feitas com os sobreviventes do genocídio. Para ele, o papel de grande importância da *RTLM* pode ser elucidado em três aspectos centrais. O primeiro seria o aspecto ideológico no sentido de inserir discursos dominantes na vida pública de Ruanda com o propósito de incentivar os ouvintes a participarem dos assassinatos; o segundo seria o aspeto performático pelo qual os radialistas exploravam a mídia para criar um relacionamento dinâmico e de proximidade com os ouvintes. Esse aspecto, conforme apontado acima, foi em grande parte facilitado pelo tom de informalidade adotado nas transmissões da estação; e por último, o aspecto cotidiano, ou seja, a *RTLM* ajudou o Estado a se introduzir e modificar a rotina das pessoas, colocando-as a serviço do genocídio. Esses três aspectos tornaram possível que houvesse uma participação em massa em um genocídio “difuso, rotineiro e íntimo” (Li, 2004, p. 9).

As ações humanas foram centrais para a violência em massa perpetrada nesse conflito. Segundo Li (2004), a participação em grande escala aconteceu principalmente por três fatores. Primeiro, o aniquilamento foi disseminado pelo território, ou seja, havia diversas formas e locais que davam espaço para o envolvimento na causa, sem que houvesse uma região pública ou privada que ficasse intocável à dinâmica de violência. O genocídio aconteceu em espaços como igrejas, casas, escolas, campos e prédios do governo, até mesmo gerando um bloqueio de estradas, tudo isso pensado de forma sistemática para que vítimas fossem realocadas e concentradas em grande número. Em segundo ponto, o genocídio teve um ritmo estabelecido, a participação se tornou rotineira, as atividades do dia a dia passavam a ser orquestradas de acordo com horários pré-definidos e seguindo ordens de líderes (Li, 2004, p. 10) - importante destacar que essas informações eram disseminadas diariamente por meio da Rádio. Esse ponto se relaciona a características da modernidade como burocracia e organização, já mencionadas anteriormente por facilitarem a perpetração de genocídios. No ponto que não necessariamente haja modernidade na violência direta do extermínio, mas na ordem estruturante que controla e mobiliza o povo favorecendo que esse venha a ocorrer. Como aponta Balorda (2003, p. 221), *“the Rwandan genocide shows that a modern genocide can also be accomplished with primitive weapons, but still retain markers of modernity”*. E, por último, o genocídio foi um projeto sistemático no qual a violência em massa dependia da aproximação social, a mobilização pelos propósitos do conflito aconteceu a ponto das pessoas envolvidas identificarem e denunciarem amigos, vizinhos e familiares como pertencentes à etnia Tutsi (Li, 2004, p. 10).

Ao analisar extensivamente as transmissões do *RTL*, é destacado o papel da estação na disseminação de estereótipos racistas e no incitamento a assassinatos específicos. Com o desdobramento dos confrontos, a Rádio foi elevando o tom racista de seus discursos, atuando de forma ativa na divulgação de mitos contra os Tutsis¹⁸. De acordo com Couto (2010, p.12), *“a locutora Valerie Bemeriiki, uma das principais incitadoras do ódio racial, sempre subia o tom das transmissões quando transmitia eventos violentos”*, o que impactava a população

¹⁸Ver vídeo de Junho de 1994, que demonstra em 1:30 um exemplo da incitação de ódio aos grupos Tutsis, colocados como “baratas” (*cockroaches*): <https://www.youtube.com/watch?v=VNbUeLnxQEI>. Acesso em: 05 jul. 2020.

no sentido de utilizar de um meio de comunicação normalmente descontraído para incentivar a violência ocasionalmente. Essa identificação dos dois grupos e a linguagem de racismo científico vem da colonização no território¹⁹, que facilitou essas diferenças pela introdução de mitos históricos e privilégios dados ao grupo Tutsi, ao ponto de rebelar os Hutus que defendiam só existir uma etnia pertencente àquele território. Tal ponto influenciou na utilização do termo *cockroach/baratas/inenzi*, que era usualmente citado na rádio RTLM, com apoio do próprio fundador. Segundo Kiernan (2007, p.562 apud Balorda, 2003, p. 214),

The key Hutu ideologist Ferdinand Nahimana (...) argued that before the arrival and expansion of Tutsi power in the region, the Hutu population had organized itself into important family groups which evolved into states. His most influential role was as a founding director of RTLM radio, owned by Akazu leaders, where he insisted that the rebel Inenziand other Tutsi in Rwanda, were one and the same thing.

A herança colonial trouxe reflexo a questões colocadas neste conflito, o discurso da história em Ruanda foi um produto da modernidade colonial, com uma forma particular de olhar o passado com base em uma narrativa nacional unificada que incorporava a vida de todo o seu povo com uma posição dominante de vitimização dos Hutus (Li, 2004, p. 13). Os discursos da *RTLM* eram construídos respondendo à situação política pós 1990 de uma forma que esse assunto não era propagado tanto pela Rádio *Rwanda* quanto a Rádio *Muhabura*. A difusão dessas mensagens fez com que muitas pessoas aprendessem sobre o passado e o presente de seu território através da Rádio *RTLM* e das versões por ela transmitidas.

É importante entender como as mensagens midiáticas eram recebidas pela audiência e como essas transmissões interagiram com os fatores locais, especialmente no que tange à coerção e mobilização desse povo. O incentivo ao extermínio se deu como um compromisso da população daquele território com a

¹⁹A teoria racial foi introduzida pelos colonizadores, com métodos científicos e modernos, como a craniometria, antropologia, tudo para justificar uma fixação com os tutsis, que eram vistos como mais altos, mais intelectuais e civilizados. Embora hoje isso pareça perturbador, colocou os tutsis, povos da cidade, em uma posição de superioridade, frente aos hutus, agricultores e subordinados. Isso radicalmente polarizou a sociedade com uma visão de dividir para governar por parte dos europeus (Prunier, 1995, p. 16 apud Balorda, 2003, p. 210). Portanto, uma aristocracia foi formada, com os melhores cidadãos, tutsis, sendo escolhidos para governar o povo – o que representa um racismo científico formado de mitos que eram justificativas européias na conquista de diversos países no continente, o que é muito problemático, mas parte de uma evolução natural subjugada da civilização europeia diante dos inferiores.

nação, vindo a ser considerado um “trabalho” que estava sendo feito durante as semanas de conflito. De acordo com Li (2004, p. 15),

RTLM's notorious use of “work” as a euphemism (with machetes as “tools”) needs to be understood in the context of development, with participation (manning roadblocks, taking part in night patrols, conducting house searches, clearing fields) being likened to umuganda on a number of occasions.

Isto é, no momento de crise, a Rádio utiliza-se de um discurso desenvolvimentista com a justificativa da busca por sobrevivência e evolução nacional: *“Work you the youth, everywhere in the country, come to work with your army. Come to work with your government to defend your country” (RTLM, June 5, 1994 apud Li, 2004, p.15)*. Durante esse período, as pessoas ouviam a Rádio em diversos lugares, fosse em casa, nos bares, durante os intervalos do trabalho, até mesmo ao ar livre com grupos de até 100 pessoas, tudo isso para seguir de perto as informações e planejar o que seria feito no dia seguinte. A programação era construída em torno do que era divulgado na Rádio, que auxiliava a guiarem os detalhes e agenda de trabalho, até mesmo num olhar de gênero. A agenda de trabalho transmitida pela Rádio detalhava orientações voltadas às mulheres que ficavam em casa enquanto os maridos saíam para “trabalhar”. Segundo Li (2004, p. 22), *“Hitimana’s [interlocutor da RTLM] broadcasts at RTLM exploited a quotidian familiarity established over a decade’s worth of performative participation in the lives of listeners, casting the genocide in the mould of a daily routine”*. Ou seja, as transmissões feitas pelo interlocutor tornaram-se tão frequentes que já era dado como rotina aos ruandeses e seus familiares.

Como limitação no cerne desse tópico, a audiência não tinha diversas estações de rádios disponíveis para que houvesse uma escolha crítica ao selecionar a RTLM (Li, 2004, p. 12). Algumas autoridades incentivavam as mensagens dos rádios para mobilizar a população de uma forma mais eficaz. Mas por outro lado, alguns prefeitos que tentaram resistir ou limitar os assassinatos pediram às autoridades locais que interrompessem as transmissões ou moderassem o seu conteúdo, aconselhando a população a tentar ser mais crítica ao escutar as notícias da Rádio (Des Forges, 2007, p. 50).

Em certo momento, houve um ataque contra os *peacekeepers* belgas, que estavam na região por causa de uma missão de paz da ONU. As transmissões da

*RTL*M tiveram um papel central ao incitar a população em atacar as tropas, o que era justificado pelo seu suposto envolvimento com a queda do avião do presidente (Des Forges, 2007, p.46). Com o desenrolar do genocídio, os ativistas de direitos humanos tentaram sem sucesso aumentar o número de tropas em Ruanda. Esse silenciamento por parte da comunidade internacional trouxe a percepção que não estavam coibindo para o que ali ocorria. Ademais, esses ativistas demandavam apoio internacional para a interrupção das redes de comunicação que difundiam mensagens de ódio e atuavam na incitação ao genocídio. De acordo com Alison Des Forges (2007, p. 51),

The argument developed by Human Rights Watch and followed by some other international nongovernmental organizations was that international silence on the genocide and failure to interrupt the broadcasts made it possible for the interim authorities to continue to claim that they constituted a legitimate government, recognized by other government.

Segundo a autora, a Human Rights Watch e outras organizações acreditavam que a interferência de transmissões de rádio poderia interromper incitações à violência genocida, o que poderia enfraquecer a legitimidade e incentivar a resistência contra os assassinatos (Des Forges, 2007). Dado a situação, o Conselho de Segurança na ONU posteriormente moveu ações contrárias à *RTL*M, já que ameaças estavam sendo feitas às tropas da ONU que estavam na região (Ibid., p. 52). No final de junho de 1994, o governo foi pressionado pela comunidade internacional a encerrar às atividades da Rádio, o que veio a acontecer de forma definitiva no mês seguinte. E desde então, no cenário de pós-genocídio ainda há provas da influência da *RTL*M na perpetração do genocídio, como nos casos apresentados a seguir.

A autora Mary Kimani (2007, p. 114) analisou alguns dados da *RTL*M fornecidos para sua pesquisa, bem como informações no CD-ROM entregue ao Tribunal Penal Internacional para Ruanda, e que continha mais de 100 transcrições das transmissões. Em tudo isso, no que tange ao formato, organização e conteúdo das transmissões, é possível constatar como elas ajudaram na aproximação com o público e na ascensão dos discursos de ódio. Tal perspectiva pode ser relacionada à forma burocrática de ordem já citada como características da modernidade, que facilita e reitera o argumento da influência da mídia ao catalisar práticas de genocídio. Três exemplos são trazidos: primeiro, o formato das transmissões que incluíam monólogos, diálogos, discussões de grupos,

entrevistas, músicas, notícias e instruções, como já apontado. Essa diversificação informal facilitou a aproximação com as pessoas. Em segundo, os convidados escolhidos para entrevistas, figuras militares e políticas conhecidas, bem como intelectuais e professores, tais escolhas facilitaram que a Rádio ganhasse credibilidade na informação que era passada (Couto, 2010). Por último e mais relevante ponto, o conteúdo e tema das transmissões, a grande maioria era voltada para discursos de ódio e incentivo ao extermínio. Um dado revelado pela pesquisa de Kimani aponta que somente 0.89% das transmissões não tinha os civis Tutsis associados às atividades da RPF. Em suas palavras,

Analysis of the content of the study sample indicates that 16.32 per cent of RTLM broadcasts studied contained statements alleging atrocities carried out by the RPA (Table 9.5), including indiscriminate bombing of civilians, hospitals and orphanages, indiscriminate killings of civilians and extermination of Hutu populations in areas and zones occupied by the RPA²⁰ (Kimani, 2007, p.118).

Tabela 1: Descrição dos conteúdos dos dados analisados pela autora Mary Kimani.

Table 9.5 Inflammatory content of broadcasts

<i>Category</i>	<i>Instances</i>	<i>% of total</i>
Allegations of RPA atrocities	294	16.32
Encouragement to Hutus to fight, kill	252	13.99
No inflammatory content	238	13.21
Direct calls for extermination	165	9.16
Allegations that RPA wants power and control over Hutu	106	5.89
Allegations that Tutsis in the region are helping those within	127	7.05
Insults to Tutsis and RPA	88	4.89
Description of how the past influences present events	70	3.89
Congratulations to FAR	60	3.33
Allegations that Tutsis plan to subjugate the Hutu	57	3.16
Allegations that RPA killed Habyarimana	50	2.78
Allegations that political parties are supporting RPA	45	2.50
Broadcast insults/slurs against Hutus sympathizing with the RPA	41	2.28
Tutsis, RPA are social deviants, abnormal	41	2.28
Allegations that Tutsis are exterminating Hutus	39	2.17
Attack or harm Belgians or UNAMIR personnel	36	2.00
Threats to Hutus sympathizing with RPA, fleeing war	24	1.33
Allegations that invalids, women, old men armed, support RPA	24	1.33
Broadcast justifies massacres	20	1.11
Not all Tutsis are enemies; should live together with Hutus	16	0.89
Allegations that Tutsis killed Habyarimana	8	0.44
Total	1,801	100.00

Fonte: Kimani (2007, p. 119) ²¹.

²⁰RPA ou RPF (que foi mais citado no presente artigo) é a Frente Patriótica Ruandesa, composta pelos Tutsis que haviam se refugiado nos territórios vizinhos.

²¹Três siglas para fins de explicação: RPA ou RPF (Frente Patriótica Ruandesa), FAR (Forças Armadas Ruandesas) e UNAMIR (United Nations Assistance Mission for Rwanda), que foi a missão de paz enviada pela ONU.

A influência das práticas midiáticas foi tema também do trabalho de Charles Mironko (2007). Em entrevistas com perpetradores condenados por genocídio, foi possível constatar a influência das práticas midiáticas. A sua pesquisa pairou sobre entrevistas conduzidas em 2000 e incluiu tanto ruandeses que viviam na capital *Kigali* quanto em vilas do interior do país. Para eles, a rádio era uma espécie de alerta, incentivando camponeses a estarem armados e vigilantes esperando o inimigo (Tutsi) que viria de fora:

Q: I would like to understand also how a radio announces something and people do it. Can you give me an example?

A: In fact, I don't own a radio because I am a cultivator [umuhinzi]. From the fact that I was a cultivator, I had no radio. But in fact, [some people] used to say that radio RTLM was urging us [idushishikarije] to kill people ... killings. It said: 'the enemy is Tutsi.' And when a peasant hears that, that person has no choice ... When he meets a person he doesn't know, he says to himself: 'this is the one who came to eradicate us, he came to fight us.' ... You understand that, this also brought a bad atmosphere [umwukamubi; literally, bad air] among people. (Interview, Ruhengeriprison, 27 September 2000 apud Mironko, 2007, p. 131)

Embora algumas pessoas do interior não tinham acesso direto à Rádio dentro de suas casas, a mídia tinha uma maneira clara de conseguir com que as suas mensagens chegassem a todos pelo boca-boca, incitando a violência, justamente por popularizar as informações, como no caso do incentivo do “trabalho”, já citado anteriormente:

A: RTLM was that radio which broadcast hot news [yashyushyagaamakuru], telling people: 'Work!' [Mukore] I heard about it from what people told me, because I did not own a radio. Or from people in a place where I would be staying because I did not own a radio at that time.

Q: Uuuh, uuh, telling people to work [gukora]?

A: It told people to kill Tutsi. After all, wasn't [it] explained openly?... Through conversations with other people, I heard that [RTLM] had very hot news during that period of killings. (Interview, Butare prison, September 2000 apud Mironko, 2007, p. 134).

O início do genocídio modificou completamente o propósito inicial das mídias, como afirma o autor Thomas Kamilindi (2007, p. 137): “*The media are not there to fight, but to set things right, to provide accurate information. Instead, there was much propaganda and people received messages of hate. You simply cannot imagine it.*” Kamilindi foi jornalista em Ruanda por 20 anos, exceto no ano do genocídio e por ter presenciado o trabalho desenvolvido durante os anos do conflito, ele testemunhou do lado da acusação contra os jornalistas perante o Tribunal Penal Internacional de Ruanda, por acreditar que esses deveriam ser

responsabilizados e processados pelas suas ações, se necessário. Como jornalista, a única arma que ele dizia ter era de relatar os fatos, mas apenas os fatos comprováveis e uma maneira de lidar com a mídia de ódio como jornalista, é não fazer parte dela (Kamilindi, 2007, p. 137).

Kamilindi (2007) trabalhou até exato dia 6 de abril 1994 pela manhã na Radio *Rwanda*, quando um pronunciamento seu deixou grande parte do administrativo pro-Habyarimana insatisfeitos:

It was a hard time to work as a journalist. In fact it seemed as if the only journalists who could function properly were the ones who were in the camp of the killers. I wasn't in their camp, so I had to give up my job. But there were still ways to be a journalist – someone who bears witness to events and informs others (Kamilindi, 2007, p. 138).

Pela noite, houve o ataque, o jornalista soube pela Radio *RTL*: *“Of course I detested RTL’s violent propaganda, but the way things were going in Rwanda, that propaganda often served as a highly accurate political forecast”* (Kamilindi, 2007, p. 139). Durante os anúncios de massacres que estavam previstos seguidos a queda do avião do presidente, ele foi acusado entre muitos Hutus liberais²² de simpatizar com os rebeldes da RPF e por isso, rapidamente ele se refugiou no Hotel de Mille Collines²³ com a sua família.

Há muitas discussões sobre a mídia internacional: Kamilindi (2007) coloca que não havia cobertura de jornalistas de fora. Seis dias após a queda do avião, todos os estrangeiros deixaram o país, o genocídio começou tendo as duas primeiras semanas sem ninguém saber o que estava acontecendo ali. Isso foi feito em sigilo em um momento que precisavam de pessoas que iriam viajar até o país para reportar, o que para muitas organizações de noticiários internacionais nem sequer parecia uma possibilidade. Tal questão do papel do silenciamento da mídia internacional sobre o conflito também é trazido por Roméo Dallaire (2019). Para o comandante da UNAMIR foi possível constatar como essa mídia ignorava ou não compreendia o que estava acontecendo no território, invés de tentar suprimir ou até mesmo interromper a violência. Como experiência, a organização da missão de paz falhou essencialmente na utilização de novas ferramentas midiáticas de

²²Kamilindi cresceu na área sul do país, onde majoritariamente era concentrada por Tutsis, apoiados pela RPF posteriormente. Porém a sua etnia é Hutu, como marcado na sua carteira de identidade, por origem, uma mãe Hutu e um pai Tutsi, que rapidamente buscou mudar sua etnia em 1959 para sobreviver aos primeiros massacres contra os Tutsis. (Kamilindi, 2007, p. 139).

²³O Hotel de Mille Collines teve um papel importante na época e ficou conhecido por abrigar por volta de 1.200 Tutsis durante o genocídio, conseguindo protegê-los após uma série de negociações com as milícias Hutus (Boatright, 2020).

forma eficaz e também no fluxo de compartilhar informações sobre o conflito a nível global. Quando a mídia internacional passou a atentar para os acontecimentos, já era tarde demais para influenciar a ponto de conseguir evitar que tudo viesse a ocorrer (Dallaire, 2019, p. 18). Quando os telefones voltaram a funcionar, em 26 de abril, Kamilindi ligou para conhecidos da *Radio France International (RFI)* em Paris e eles não tinham nenhuma notícia do conflito que havia se iniciado: “*As a journalist, I wanted the world to know about the atrocities taking place inside Rwanda. I probably signed my own death warrant by calling attention to the massacres during the RFI interview*” (Kamilindi, 2007, p. 140).

A veracidade do papel da *RTL* é reafirmada com a experiência pessoal desse jornalista, que compartilhou um acontecimento em 3 de maio de 1994, enquanto a UNAMIR buscava lhe dar assistência para uma evacuação do país, tentativa fracassada por encontrarem militares no caminho do aeroporto. A *RTL* já apontava o Hotel de Milles Collines como casa das “baratas”, divulgando uma lista com o nome das pessoas, entre elas, Kamilindi, que estariam ali abrigadas. Kamilindi passou por três tentativas de assassinato, entre elas, por um soldado que foi seu amigo de infância, que não cumpriu o seu “trabalho” ao reconhecê-lo (Ibid., p. 140). Após o genocídio, o jornalista conseguiu trabalhar para *Voice of America* e *BBC*, e ele declara que uma das razões para continuar o trabalho como jornalista é que ele pode contribuir para prevenir que genocídios como esses voltem a acontecer (Ibid., p. 141).

Refletindo sobre o papel dos profissionais da mídia no genocídio, Kamilindi destaca que jornalistas são pessoas comuns e também podem se envolver com a violência:

How can we know if what we're doing is wrong?' They didn't know the answer to that question. Some of them had already gone too far. They had become part of the hate media without knowing it. So I told them, 'look at what you write. Listen to what you say, and analyze yourself. If you are demonizing people, if you are stigmatizing other tribes, other clans, you're involved in violence (Ibid., p. 140).

O sucesso da cooptação dos jornais por parte dos políticos foi feita de forma tão eficaz quanto a mobilização de muitas pessoas na perpetração do genocídio. Porém, embora muitos não tenham conseguido identificar como isso foi feito, daqui em diante se faz necessário analisar de forma crítica o envolvimento nos fatos divulgados. Portanto, assim como Bauman (1998, p.32)

que relaciona a modernidade e o Holocausto ao colocar que a civilização moderna e os meios desenvolvidos como condições não suficientes, mas necessárias, no presente artigo foi demonstrado que avanços da modernidade, entre eles o desenvolvimento das mídias, catalisaram os genocídios, por meio da divulgação de mensagens de ódio.

5. Conclusão

The media can be an exceptionally effective weapon if you wish to use it. It can be used to great effect by either side in a conflict. Those who are not supposed to be taking sides at all, but have an interest in conflict prevention, will also find that they can and should use the media (Dallaire, 2019 p. 18).

As reflexões desenvolvidas neste artigo demonstraram como a utilização da mídia como parte do aparato tecnológico pode influenciar e catalisar práticas de genocídio e extermínio, com o objetivo de divulgar discursos de ódio. Porém, em contraponto à forma negativa de utilização de jornais e rádios demonstrada no último século, esta conclusão irá apresentar como é possível ter ações midiáticas e digitais buscando prevenir conflitos contemporâneos.

A relação entre os discursos, violência em massa e mídias sociais é trazida por Stephanie MacLellan (2019), num contexto que possibilita a intervenção política de empresas midiáticas, organizações da sociedade civil e pesquisadores na busca pela mitigação dos discursos online que possam provocar violência em massa. Conforme Benesch (2013 apud MacLellan, 2019, p. 168), “*dangerous speech is any form of expression (speech, text, or images) that can increase the risk that its audience will condone or participate in violence against members of another group*”, ou seja, o discurso perigoso é aquele que insinua a violência, próximo do que foi apresentado, como a mídia de ódio em Ruanda.

Assim como as mídias tradicionais, jornais e rádios, a mídia social é um espaço que pode ser utilizado para transmitir tais discursos, e além, é possível que usuários recebam e enviem mensagens. Dessa forma, as mensagens podem ser distribuídas sem a verificação de jornalistas, o que por um lado é bom, pois reforça a liberdade de expressão dentro de regimes repressivos e torna-se uma alternativa ao que é disponibilizado pela mídia local (MacLellan, 2019, p. 168).

Por outro lado, pode causar conflitos na disseminação das conhecidas *fake news*, ou seja, as notícias falsas disseminadas de forma incontrolável. Como exemplo, a utilização do *Whatsapp*: mensagens compartilhadas em um grupo podem ser encaminhadas a outros grupos, de forma que mensagens sejam espalhadas de forma ampla e rápida, o que traz a possibilidade da tecnologia de telefonia móvel ser utilizada para a mobilização da violência (Mutahi & Kimari, 2017, p. 18 apud MacLellan, 2019). Ademais, a verificação dessas informações é muito dificultada, porque por as mensagens serem criptografadas, nem mesmo a equipe da plataforma consegue rastrear a propagação de *fake news* (Funke, 2017 apud MacLellan, 2019).

Nos últimos anos, ainda há exemplos de tensões e instabilidades nos quais rumores e discursos de ódio foram divulgados nos meios digitais, incidindo a violência contra certos grupos (MacLellan, 2019, p. 169). Como em Nairóbi, Quênia, embora rumores locais já fizessem parte da cultura, a tecnologia digital ajudou a espalhar cada vez mais rápido mensagens sobre falhas políticas e disputas étnicas acirrando os conflitos na região em 2007 (Osborn, 2008 apud MacLellan, 2019).

As mídias sociais são principalmente os canais *Facebook*, *Youtube*, *Whatsapp* (Statista, 2018 apud MacLellan, 2019) e *Twitter*. Esses locais têm ganhado um papel importante nos conflitos, porque muitas vezes a mídia tradicional é silenciada, manipulada e controlada por governos, o que dificulta a veridicidade da informação, além de jornalistas e publicitários não conseguirem também ter acesso ao local (Deng, 2016 apud MacLellan, 2019, p.170). Tudo isso facilita que a utilização das mídias sociais como meio importante, pois as próprias vítimas podem compartilhar a realidade que muitas vezes está distante do público.

Diante disso, algumas ações estão sendo feitas pelas companhias de mídia social, conforme observa MacLellan (2019, p. 170),

In many cases, content that includes calls for violence or hateful terms used against an identifiable group would be removed from social media platforms as a violation of their terms of service, but removal requires some form of content moderation.

Portanto, embora empresas tentem controlar o que está sendo propagado com o auxílio da tecnologia, automação e inteligência artificial, ainda há minúcias que requerem supervisão humana. O ideal para esses casos seriam pessoas que entendam da linguagem e cultura de certas populações para conseguir discernir a

urgência de certas publicações diante do que é divulgado em geral (MacLellan, 2019, p. 170).

Starbird *et al.* (2019) trazem o conceito de *fake news* como uma ferramenta política que possui formas online de manipulação e pode trazer grandes problemas. É apresentado pelos autores que elas podem minar a nossa confiança nos dados e a capacidade de mobilização online para mudanças políticas, até mesmo prejudicar nossa capacidade de encontrar dados que salvem vidas em eventos de crise. Ou seja, as *fake news* podem manipular e direcionar uma sociedade, criar uma distração ou mesmo gerar polêmica, e a solução para essa questão possui controvérsia na medida em que há a possibilidade de não controlar *vs.* controlar conteúdos que tragam ameaça.

Há uma capacidade de atores não estatais de monitorar e documentar desumanidades, como as ONGs e ativistas independentes que têm trabalhado em uma iniciativa de reconhecer *fake news*, por meio da verificação de fatos com a ajuda da população. Os usuários enviam a certas organizações as notícias e em seguida é avaliado a veracidade da informação (Funke, 2017 apud MacLellan, 2019). Para que isso seja feito da melhor maneira, Gagliardone *et al.* (2015 apud MacLellan, 2019) propõem uma “alfabetização” da mídia digital, no qual um treinamento poderia facilitar para que pessoas aprendessem a avaliar e interpretar mídias textuais e reconhecer sua influência social e política, tendo habilidades técnicas necessárias para o uso de tecnologias digitais, objetivando conseguir distinguir rumores e propagandas de informações verídicas. Portanto, ações de monitoramento de mídias sociais têm sido desenvolvidas, porém é necessário que isso seja feito de forma crítica e com conhecimento, para que o controle faça sentido visando evitar discursos de violência.

Além disso, tecnologias digitais também podem auxiliar na prevenção de conflitos, por exemplo, por meio dos recursos “geoespaciais” como o uso de satélites remotos. Isto é, *drones* e *GPS* possuem capacidade de monitorar certa região. Essa opção foi utilizada pela Anistia Internacional dos Estados Unidos em 2006 e foi comprovado que o programa de visualização utilizado pelo país nos territórios de Darfur, Sri Lanka, entre outros, possibilitou enxergarem a destruição da infraestrutura local originária de conflitos, locais que estavam fora do alcance internacional, assim como identificar a origem das armas usadas nessa região

(Amnesty International Secretariat, 2011, p. 14 apud Livingston & Musabende, 2019).

No caso da iminência de um conflito já em curso, ações midiáticas também podem ajudar a diminuir o acirramento desses por meio de recursos digitais como o método de *crowdsourcing*, isto é a coleta de informações por sensores amplamente distribuídos na região que oferece monitoramento de situações em uma zona de conflito, conseguindo ter uma visualização de um “mapa ao vivo”, como no caso da Síria (Human Tracker, 2017 apud Livingston & Musabende, 2019), auxiliando no entendimento do conflito e na definição de ações.

Zade *et al.*(2018) traz exatamente o ponto de como é possível utilizar a mídia social para ajudar durante crises ou conflitos. Os autores apresentam como a mídia pode ser utilizada para remediar dificuldades e como é possível haver uma mobilização que consiga captar atenção nacional e mobilizações organizações civis. Como exemplo, a Primavera Árabe, conhecida pela expressão democrática de mobilizar pessoas para protestos nas ruas, evitando que haja violações de direitos humanos. Ou seja, é possível que a mídia também seja utilizada em uma função de reprimir conflitos que possam vir a eclodir.

Conclui-se, portanto, que os genocídios que aconteceram no último século tiveram o uso da mídia em sua forma negativa. Por outro lado, como procurou ser demonstrado, é possível que a mídia, principalmente em seu tipo social, seja aproveitada para inibir os discursos de ódio. O presente artigo coloca-se assim como início de um projeto pessoal que visa expandir a análise da mídia nos conflitos contemporâneos, considerando maneiras de prevenção de atrocidades.

Referências

ALLEN, Michael Thad. **The Business of Genocide: The SS, Slave Labor, and the Concentration Camps.** Chapel Hill, NC/London: The University of North Carolina Press, 2002.

ALVES, Ana Cristina Araújo. Além do Ocidente, além do Estado e muito além da Moral: Por uma Política Eticamente Responsável em Relação à Diferença – O Caso Ruandês. **Contexto Internacional**, v. 27, n. 2, p. 411-463, jul./dez. 2005.

Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cint/v27n2/v27n2a02>>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

ALVES, Fernanda Barreto. **Do corpo político à política do corpo**: a violência sexual como prática de exclusão da diferença no genocídio ruandês de 1994. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ARFI, Badredine. Ethnic fear: The social construction of insecurity. **Security Studies**, v. 8, n. 1, p. 151–203, set. 1998.

BALORDA, Jasna. **Genocide and Modernity: A Comparative Study of Bosnia, Rwanda and the Holocaust**. 2013. Tese (Doutorado em Filosofia) – Escola de Sociologia e Política Social, The University of Leeds, Leeds, 2013.

BARTROP, Paul R. **Modern Genocide: A Documentary and Reference Guide**. Santa Barbara: Greenwood/ABC-CLIO, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BLACK, Edwin. How IBM Technology Jump Started the Holocaust. **Gizmodo**, 16 jun. 2011. Disponível em <<https://gizmodo.com/how-ibm-technology-jump-started-the-holocaust-5812025>>. Acesso em: 12 out. 2019.

BLACK, Edwin. **The IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation**. New York: Three Rivers Press, 2002.

BOATRIGHT, Caleb. **Hotel Rwanda**. [S.l.]: Independently Published, 2020.

BORKIN, Joseph. **The Crime and Punishment of I.G. Farben**. New York: Free Press, 1978.

CAPLAN, Jane; WACHSMANN, Nikolaus. **Concentration Camps in Nazi Germany**. Abingdon/New York: Routledge. 2010.

CHAMPION, Didier. In the Rwandan Genocide, why did the Hutus so readily kill their neighbors?. **Quora**, 3 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.quora.com/In-the-Rwandan-Genocide-why-did-the-Hutus-so-readily-kill-their-neighbors/answer/Didier-Champion?ch=10&share=8fcc1fac&srid=OH6e>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

COUTO, Andréia Terzariol. Mídia e propaganda racista: como os mass media constroem a imagem da realidade social – uma leitura do genocídio Ruanda. **Revista Extraprensa**, v. 3 n. 2, p. 1-19, 2010.

DALLAIRE, Roméo. The Media and the Rwanda Genocide. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **Media and Mass Atrocity: The Rwanda Genocide and Beyond**. Waterloo: Centre for International Governance Innovation, 2019, p. 17-32.

DE LA BROSSE, Renaud; BRAUTOVIC, Mato (Eds.). **Reporting the Attacks on Dubrovnik in 1991, and the Recognition of Croatia**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

DES FORGES, Alison. Call to Genocide: Radio in Rwanda, 1994. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 41-54.

DEUTSCHE STATISTISCHE GESELLSCHAFT. **Entwicklung des Allgemeinen Statistischen Archivs: 1890 – 2008**. Frankfurt: Deutsche Statistische Gesellschaft, 2019. Disponível em: <<https://dstatg.de/publikationen/entwicklungdes-allgemeinen-statistischen-archivs-1890-2008>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

FRIEDMAN, Thomas. **The World is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century**. Londres: Penguin Books, 2005, cap 5.

FINLEY, Moses I. **The Use and Abuse of History**. New York: Viking Press, 1980.

GELLATELY, Robert; KIERNAN, Ben. **The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective**. New York: Cambridge University Press, 2003.

GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA. **Kangura No 6**. [S.l.]: Genocide Archive of Rwanda, 2015. Disponível em: <http://www.rwandafile.com/Kangura/k06a.html>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GROVE, Jelena H. **From Brotherhood and Unity to Fratricide: Propaganda in Former Yugoslavia**. Tese (Bacharelado em Artes) - International & Global Studies, Portland State University, Portland, 2018.

HIGIRO, Jean-Marie Vianney. Rwandan Private Print Media on the Eve of the Genocide. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 73-89.

HINTJENS, Helen M. When Identity Becomes a Knife: Reflecting on the Genocide in Rwanda. **Ethnicities**, v. 1, n. 1, p. 25-55, 2001.

HUGHES, Everett C. Good People and Dirty Work. **Social Problems**, v. 10, n. 1, p. 3-11, 1962. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/799402?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 12 out. 2019.

JONES, Adam. **Genocide: A Comprehensive Introduction**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2010.

JONES, Adam. **Gendercide and Genocide**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2004.

KABANDA, Marcel. Kangura: the Triumph of Propaganda Refined. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 136-142.

KAMILINDI, Thomas. Journalism in a Time of Hate Media. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 136-142.

KIMANI, Mary. RTLM: the Medium that Became a Tool for Mass Murder. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 110-124.

LEMARCHAND, René. *The Dynamics of Violence in Central Africa*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009a.

LEMARCHAND, René. The 1994 Rwanda Genocide. In: TOTTEN, Samuel; PARSONS, William S. (Eds.). **Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts**. 3. ed. New York/Abingdon: Routledge, 2009b, p. 404-422.

LEVENTHAL, Robert S. **Information and Technology in the Holocaust**. [S.l.], 1995. Disponível em <<http://www2.iath.virginia.edu/holocaust/infotech.html>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

LI, Darryl. Echoes of violence: considerations on radio and genocide in Rwanda. **Journal of Genocide Research**, v.6, n. 1, p. 9-27, 2004. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1462352042000194683>>. Acesso em 02 jun. 2020.

LIVINGSTON, Steven; MUSABENDE, Alice. Advanced Digital Technology and Genocide and Mass Atrocities Prevention. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **Media and Mass Atrocity: The Rwanda Genocide and Beyond**. Waterloo: Centre for International Governance Innovation, 2019, p. 557-578.

MACLELLAN, Stephanie. “Fake News”, Dangerous Speech and Mass Violence: Challenges for Social Media in the Developing World. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **Media and Mass Atrocity: The Rwanda Genocide and Beyond**. Waterloo: Centre for International Governance Innovation, 2019, p. 483-500.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

- MENNECKE, Martin. Genocidal Violence in Former Yugoslavia: Bosnia Herzegovina and Kosovo. In: TOTTEN, Samuel; PARSONS, William S. (Eds.). **Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts**. 3. ed. New York/Abingdon: Routledge, 2009, pp. 423-463.
- MIRONKO, Charles. The Effect of RTLM's Rhetoric of Ethnic Hatred in Rural Rwanda. In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and The Rwanda Genocide**. London/Ann Arbor, Ottawa, Kampala: Pluto Press, International Development Research Centre, Fountain Publishers, 2007, p. 125-135.
- MONTREAL HOLOCAUST MUSEUM. **Genocide and the Media: Roles and Relationships**. Montréal: Montreal Holocaust Museum, [s.d.]. Disponível em: <<https://genocide.mhmc.ca/en/media-and-genocide>>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- PRESSAC, Jean-Claude; VAN PELT, Robert-Jan. The machinery of mass murder at Auschwitz. In: GUTMAN, Yisrael Gutman; BERENBAUM, Michael (Eds.). **Anatomy of the Auschwitz Death Camp**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1998, p. 183-245.
- PUGWASH. **Pugwash Conferences on Science and World Affairs**. [S.l.]: Pugwash, [s.d.]. Disponível em: <<https://pugwash.org/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- RAE, Heather. **State Identities and the Homogenization of Peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, cap. 1 [digital].
- STARBIRD, Kate; ARIF, Ahmer; WILSON, Tom. Disinformation as Collaborative Work: Surfacing the Participatory Nature of Strategic Information Operations. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, v. 3, n. CSCW, artigo 127, nov. 2019.
- TOPPING, Alexandra. Widows of the genocide: how Rwanda's women are rebuilding their lives. **The Guardian**, 07 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2014/apr/07/widows-genocide-rwanda-women>>. Acesso em: 21 jun.2020.
- UNICTY. UNITED NATIONS INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. **International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia**. New York/Genebra: United Nations, International Residual Mechanism for Criminal Tribunals, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.icty.org/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **German Railways and The Holocaust**. Washington, D.C.: Holocaust Encyclopedia, [s.d.]. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/german-railways-and-the-holocaust>>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ZADE, Himanshu; SHAH, Kushal; RANGARAJAN, Vaibhavi; KSHIRSAGAR, Priyanka, IMRAN; Muhammad and STARBIRD, Kate From Situational Awareness to Actionability: Towards Improving the Utility of Social Media Data

for Crisis. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, v. 2, n. CSCW, artigo 195, nov. 2018.